

BOLETIM NACIONAL

MARÇO 93 - Nº 68

Cr\$10.000,00

Oposição equilibrada

Repelindo acusações de esquerdismo, o novo líder da Bancada Petista na Câmara, Vladimir Palmeira, afirma, em entrevista ao BN, que manterá a oposição equilibrada ao governo Itamar Franco. **Página 3**

Alguma coisa está fora da ordem

Com a proximidade do Encontro Extraordinário, alguns setores do Partido já se articulam. As duas primeiras iniciativas falam de crise, da possibilidade de nos tornarmos num partido da ordem caso não retomemos nosso rumo, tradicionalmente mais radical. Leia os manifestos nas **páginas 12 e 13**

Sem segredos diplomáticos

A imprensa distorceu, os petistas acreditaram. Estava formada a confusão. Marco Aurélio Garcia esclarece: "não há segredos de diplomacia no PT. A posição do Partido sobre a Internacional Socialista permanece a mesma". **Página 17**

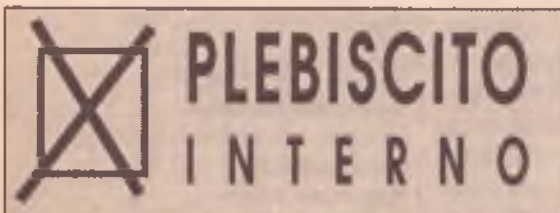


Erundina está suspensa

Início de ano sofrido para os petistas pelo ato de indisciplina cometido pela ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que aceitou participar do governo Itamar Franco.

Após o debate no DN, dia 6 de fevereiro, a votação em dois turnos determinava a suspensão de seus direitos partidários, por um ano, a partir daquela data.

Leia um pouco mais sobre esse debate, entre as **páginas 4 e 10**



Dia 14 de março é dia de plebiscito interno. Não deixe de colocar seu voto na urna. Agora, você decide!

Antes de votar, leia os manifestos dos petistas Presidencialistas e dos Parlamentaristas, nas **páginas 10 e 11**

O PT e o governo Itamar

O Diretório Nacional reafirma a oposição do PT ao governo Itamar Franco. Leia a Resolução do DN na **página 4**.

A Comissão Executiva Nacional divulga nota sobre a crise instalada no governo com a troca de ministros na Fazenda, **página 14**

Cuba livre

Recentemente a revista Veja publicou uma ampla reportagem sobre a situação de Cuba que, à parte da realidade descrita e da situação ainda de subdesenvolvimento daquele país, foi claramente utilizada como uma forma de repetir a máxima de que o socialismo representa miséria e que o povo cubano está à beira da morte por inanição. Faltou apenas prenciar qual seria o próximo passo das "forças do bem e da justiça": fazer o que fizeram na Somália.

Se a guerra fria terminou no hemisfério norte, no Sul ainda não. Seguramente o exemplo de Cuba é um grande nó na garganta, que está a desafiar os grandes estrategistas que, há 34 anos, vêm prenciando a derrubada de Fidel e o fracasso do socialismo, a menos de 100 milhas de Miami.

É verdade que Cuba enfrenta muitas dificuldades. É verdade que Cuba é um país pobre, com escassos recursos naturais. Uma ilha caribenha cuja vocação natural seria apenas o turismo, açúcar e tabaco. Mas é verdade também que, apesar de todas as dificuldades, lá se construiu um sistema econômico que garante efetivamente igualdade de direitos, igualdade nas condições de vida.

E, apesar de todas as dificuldades, da escassez de recursos naturais, do boicote comercial imposto há 34 anos pelos Estados Unidos, e agora do boicote da ex-URSS e países do leste, Cuba sobrevive com dignidade.

Mas, tive o trabalho de pesquisar junto a uma fonte insuspeita, o Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial, de 1992, onde são apresentados os indicadores socio-econômicos de 175 países e organizei

uma tabela comparativa (abaixo). Os que sonham com Cuba capitalista, olhem para o Haiti. Segundo o Banco Mundial, o Haiti é o 24º país mais pobre do mundo. E o mais pobre da América Latina. (...) Pela tabela pode-se comparar os dados socio-econômicos do Haiti com Cuba e perceber facilmente as vantagens do sistema econômico socialista de Cuba em relação ao "maravilhoso" sistema capitalista do Haiti.

Se quisermos comparar com a maravilha do Brasil, também teremos surpresas. O Brasil perde em todos os indicadores sociais para Cuba. Ou seja, não temos moral nenhuma para publicar em nossas revistas, críticas à miserabilidade cubana. Ao contrário, sabemos que as estatísticas medem pela média e que no Brasil as diferenças sociais são enormes. Se tomássemos apenas os indicadores sociais da população pobre (65% dos brasileiros) ou de certas regiões, perderíamos até para o Haiti.

Afinal, o que querem os burgueses de esquerda iluminados? Uma Cuba capitalista? Querem justificar uma possível invasão norte americana? Os Estados Unidos invadiram, nos últimos dez anos, Granada, Panamá, Honduras, Haiti e Porto Rico. Em qual desses países foram resolvidos os problemas sociais de miséria? Ao contrário, agravaram-se. Eu recomendaria à Veja que fizesse uma reportagem sobre Honduras, que as tropas americanas transformaram em um grande bordel. Ou uma reportagem sobre o Panamá que, agora sim, se transformou num grande interposto de drogas (acusação que faziam a Noriega). E o Haiti, porque não o invadem para recolocar o Pe. Aristides no poder, conforme a vontade popular e a Constituição do país?

Lucas de Oliveira - SP

Indicadores Sócio-econômicos de 1990

Indicadores	Cuba	Haiti	Brasil
População, milhões	11	6,5	150,4
População urbana, % do total	75	28	75
Expectativa de vida ao nascer (anos)	76	54	66
Taxa bruta de natalidade por mil hab.	17	36	27
Taxa bruta de mortalidade por mil hab.	6	13	7
Número de hab. por médico	530	7140	1080
Mortalidade infantil por mil crianças	12	95	57
Consumo diário de calorias per capita	3141	2013	2751
Área total do país (mil Km ²)	111	28	8512
PNB - US\$ per capita	-	370	2680
Analfabetismo - %	0	47	19
Inflação anual	-	7,2	284
Dívida externa - US\$	10bi	874 mi	116,2 bi

Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre desenvolvimento mundial 1992, Editado em Português pela Fundação Getúlio Vargas

Dignidade

(...)Agradecemos o apoio que o Partido dos Trabalhadores deu ao Movimento Homossexual na Constituinte de 1988, votando unanimemente com sua bancada de 16 deputados na proposta da inclusão da expressa proibição de discriminação por Orientação Sexual na Constituição Federal. Infelizmente esta não foi aprovada, porém recebeu 130 votos a favor. Na revisão constitucional deste ano o Movimento Homossexual Brasileiro apresentará novamente esta proposta: Direitos e Garantias - Art. 2º, Parágrafo 1º - Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, Orientação Sexual, convicções políticas ou filosóficas, ser portador de deficiência de qualquer ordem e qualquer particularidade ou condição social. Desde já pedimos o apoio dos 35 parlamentares petistas.

Toni Reis - PR
Presidente do Grupo
Dignidade

Perdemos um lutador

Comunico com pesar o falecimento prematuro do jovem vereador petista de Passos - MG, Dércio Aparecido Andrade, de 32 anos, ocorrido no dia 6 de janeiro, por afogamento na represa de Furnas. Uma estrela em ascensão, Dércio preparava-se para desempenhar seu segundo mandato como vereador pelo PT. Sua militância em nosso partido iniciou-se em 1988, no entanto seu compromisso enquanto trabalhador, negro, cristão, engajado começou muito antes. Começou em Grupos de Jovens, militou na Pastoral da Juventude, nas lutas reivindicatórias, populares e por direitos humanos em Passos. Sua seriedade no engajamento político e nas lutas sociais não o impediu de celebrar a vida com alegria. Dércio era figura destacada por sua capacidade de tomar iniciativas, por sua irradiante juventude.

Dirijo minha solidariedade à sua mãe, dona Isabel Carvalho de Andrade e aos seus familiares.

Deputado Nilmário Miranda

Você sabia...

... que o Brasil remeteu, nos últimos 13 anos, 152,1 bilhões de dólares para fora por conta de pagamentos de juros, lucros e dividendos da dívida externa? Os dados são do próprio Banco Central, que contabilizou a sangria de 140,4 bilhões de dólares de 1980 a 1991, portanto, em média, 11,7 bilhões por ano.

Com este montante seria possível construir 12,6 milhões de casas populares, terminando com o déficit habitacional do país. Isso superestimando cada moradia em 12 mil dólares.

Você sabia que o Brasil ainda deve 118 bilhões de dólares ao Primeiro Mundo? Ou seja, cada habitante deve 700 dólares, quase dez salários mínimos.

... que a América Latina remeteu, nos últimos dez anos, 250 bilhões de dólares para pagamento de parte de suas dívidas para o Primeiro Mundo. Além da sangria oficial, analistas europeus e americanos estimam que o montante total de capitais em fuga do Terceiro Mundo chega aos 500 bilhões de dólares, aproximadamente a metade da dívida externa desses países. Desse total, 367 bilhões foram parar em bancos da Suíça. Quase sempre esses recursos são provenientes de ganhos ilícitos que ajudam a sustentar a situação de miséria desses países.

Programa Educativo Dívida Externa/Pedex

BOLETIM NACIONAL

Fevereiro/Março/92 - Nº 68

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones(011)223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação

João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos

Editoração Eletrônica

William Aguiar

Fotolito e Impressão

DCI Indústria Gráfica

Vladimir promete equilíbrio

Impulsionado pelo compromisso de tornar a liderança do PT na Câmara dos Deputados "mais aberta ao conjunto da bancada", Vladimir Palmeira ganhou o direito de suceder Eduardo Jorge na mais disputada de todas as eleições para líder da bancada federal do Partido. Vladimir assumiu o cargo no começo de janeiro, depois de ter recebido 18 votos contra 17 dados a José Dirceu.

Liderança em ascensão no Partido e um dos mais polêmicos presidencialistas, Vladimir fala, nesta entrevista, de seus planos para coordenar a bancada petista este ano. Repele acusações de esquerdismo, adiantando que vai fazer oposição equilibrada ao governo Itamar Franco, mantendo no Congresso nossas alianças tradicionais.

Entrevista concedida a Marcio Araújo, assessor de imprensa da Liderança do PT na Câmara dos Deputados

BN - Que fatores determinaram sua eleição para líder da Bancada?

Vladimir - Ela foi feita por diferença de estilos de trabalho. Parte dos deputados considerava a bancada e a própria direção do Partido muito fechadas, e que era necessário valorizar a participação da maioria da bancada. Essa foi a razão que uniu a maioria. É claro, os deputados votaram por diferentes motivos. Não há uma razão única. Mas acho que na base houve mesmo essa busca por um estilo diferente de trabalho, mais democrático e que valorizasse o coletivo da bancada.

BN - A luta interna do Partido, incluindo a questão do regime de governo, não influenciou nesse resultado?

VP - Imagino que um ou outro

deputado tenha votado em função disso, mas não a maioria.

BN - Acredita-se, inclusive em setores do PT, que a escolha do seu nome para líder provocaria uma esquerdização da bancada. Qual sua opinião sobre isso?

VP - Não há nada disso. A bancada tem atuado como sempre. Somos oposição ao governo Itamar Franco. Fazemos oposição, mas admitimos negociar e fazer acordos na tramitação de matérias. Essa tem sido a tradição do PT aqui na Câmara e ela será mantida. Normalmente ficamos diante da decisão entre o pior e o menos ruim. Nós fizemos recentemente, por exemplo, um acordo em torno do ajuste fiscal, que nos proporcionou algumas conquistas importantes, limpando o projeto do governo dos aspectos negativos que ele tinha -- às vezes somos obrigados a fazer acordos pontuais desse tipo. Mas a bancada tem sabido ser oposição, equilibrada, como sempre tem sido aqui no Congresso Nacional.

BN - A articulação com os partidos de centro-esquerda, que tornou-se mais organizada durante o ano passado, incluindo a integração do PT no Bloco Democrático, vai continuar com você na Liderança?

VP - Nós acabamos de sair do Bloco Democrático, um bloco formal constituído para disputar a presidência da Câmara. Disputamos e agora saímos. Mas os mecanismos de consulta da esquerda e centro esquerda vão continuar. Pretendemos retomar, em março, a dinâmica iniciada durante a gestão de Eduardo Jorge, de nos reunirmos com os partidos de esquerda e centro esquerda (PSB, PSDB, PDT, PPS e PCdoB) às terças-feiras pela manhã e, à tarde, já articulados entre si, negociarmos com o PMDB a pauta da semana e as posições que eventualmente possamos ter em comum.

BN - E no relacionamento entre a bancada e as instâncias partidárias. O que muda?

Essa relação vai depender muito do conjunto da Bancada, do interesse que ela tenha. Nós sempre reunimos os deputados antes das reuniões do Diretório Nacional para debater os assuntos das pautas do DN. Dessa forma, os deputados que



não possam ir às reuniões do diretório têm como exprimir suas opiniões sobre os temas em discussão. Também tenho levado para as reuniões da Executiva as posições da bancada, quando essas posições são tiradas.

No momento o que nos interessa é que a Executiva do Partido tenha um programa mais político, uma estratégia política. A bancada faz o que quer. Nós achamos que a executiva deveria ter sua agenda de prioridades, da política de comunicação que o partido se interessa, os projetos que são de interesse do partido. Em geral, a direção do partido é omissa nessa questão e a bancada acaba tratando das questões espontaneamente, limitando-se a reagir às iniciativas do governo por falta de propostas próprias. Nós já colocamos para a Executiva do partido essa necessidade de tomarmos mais iniciativas políticas.

Na bancada, começamos a tentar isso. Levamos uma pancada nos primeiros 30 dias, porque tivemos uma convocação extraordinária, que trouxe 30 projetos, alguns dos quais muito polêmicos e praticamente não tivemos oportunidade de tomar nenhuma iniciativa política. Isso é muito normal em final de ano e nas convocações extraordinárias, colo-

caríamos em discussão os temas de nossa preferência. Acredito que em março, ao retomarmos os trabalhos do Congresso, possamos disputar a iniciativa política, esperando que a Executiva do partido marche na mesma direção.

BN - Como você traduz a frase por você utilizada durante a campanha para líder, que ao invés da executiva ter um representante na bancada, a bancada teria um representante na Executiva?

VP - Com sete companheiros da bancada na Executiva, a relação fica muito misturada. Eu quiz dizer com essa frase que vou levar às reuniões da Executiva as posições da bancada, e não as minhas posições individuais. A não ser que a bancada não tenha se posicionado, como ocorreu no episódio Erundina, quando preferiu não tirar definição conjunta. Aí defendi minha própria posição. Mas normalmente eu colocarei as posições que a bancada tem, de forma que não serei um cargo de direção como outro qualquer, serei realmente um representante da bancada. Isso vai diferenciar o tipo de intervenção.

BN - Que atividades já estão definidas como prioritárias para a ação da bancada este ano?

VP - Estamos cobrando isso da direção nacional. Na bancada já definimos algumas prioridades e vamos discutí-las com a Executiva. É o caso da reforma agrária, da democratização dos meios de comunicação, a reforma do Estado, política salarial e de emprego -- nós teremos uma proposta, encomendei ao companheiro Paulo Paim um projeto, num contexto mais amplo de uma política de rendas, para discutirmos com a sociedade -- e a unificação das polícias militares que o professor Helio Bicudo está coordenando. A partir de março esperamos projetar essas questões para toda a sociedade.

BN - *Quais as suas perspectivas para a revisão constitucional marcada para outubro. Avanços sociais e posições nacionalistas da Constituição de 1988 poderão cair diante da articulação neoliberal?*

VP - Sem dúvida nenhuma. Se a massa da população não se manifestar, se os setores organizados não estiverem presentes, se não houver uma grande campanha popular em defesa das conquistas da Constituição de 88, realmente nós sofreremos uma derrota. A correlação de forças no Congresso é, a princípio, desfavorável para nós.

Além disso, a direita saiu na frente na preparação para a revisão constitucional. Eles têm isso em perspectiva desde a Constituinte e já vêm batendo nisso há muito tempo. Revisão da Constituição é uma iniciativa deles.

BN - *A sete meses do começo da revisão ainda é possível reeditar a mobilização popular que houve durante a Constituinte de 88? Você acredita que o PT pode exercer o mesmo papel importante que teve naquela mobilização?*

VP - Eu sei muito bem que a recessão está dificultando muito a mobilização popular. Mas, ou há mobilização ou nós poderemos realmente ser derrotados. Acho que as lideranças populares e comunitárias e o próprio partido poderão responder melhor do que eu se conseguiremos mobilizar ou não. Da parte da bancada, temos o maior interesse em ampliar essa mobilização. Aumentamos de um para dois vice-líderes incumbidos de coordenar essa parte da atuação da bancada. Os deputados Jaques Wagner e Valdir Ganzer estão encarregados de coordenar e dinamizar a relação da nossa bancada com o movimento popular.

Resolução do DN sobre Luiza Erundina

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, considerando:

1 - Que a companheira Luiza Erundina, ao aceitar convite do presidente da República para cargo ministerial sem consulta ao partido e em desrespeito à decisão deste de se situar na oposição ao governo, rompeu com a disciplina partidária;

2 - Que esta atitude reforça a tradição brasileira caracterizada pelo desdém dos políticos em relação aos partidos em favor de posições individuais, tradição que o PT vem rechaçando sistematicamente desde a sua fundação, pela vontade expressa da sua militância, inclusive da companheira Luiza Erundina;

3 - Que, sendo essencial à democracia a existência de partidos que funcionem como tais, as práticas desagregadoras do sistema par-

tidário - tal como esta do Sr. Presidente da República, ao convidar uma militante para o Ministério em total desrespeito pelo partido ao qual ela pertence - devem ser duramente criticadas enquanto práticas antidemocráticas;

4 - Que é o PT um partido democrático, que tem como normal a diversidade de opiniões internas e o direito de filiados e correntes de opinião que nele se formem, de lutarem sem constrangimentos pela prevalência de suas posições nas decisões partidárias, sendo por isso mesmo um partido que rompe com toda a tradição autoritária de uma parte da esquerda neste século;

5 - Que a companheira Luiza Erundina, que tem mantido uma relação ética exemplar com a política, com seu gesto de indisciplina,

não nega os valores maiores do PT, seus ideais socialistas e democráticos e sua pretensão transformadora, não tendo portanto praticado nada que se assemelhe a traição;

6 - Que, finalmente, o cumprimento das obrigações para com o cargo que a companheira Luiza Erundina ocupa no governo é incompatível com o exercício dos seus direitos e deveres para com o partido, estando este na oposição;

O Diretório Nacional do PT, no exercício de suas atribuições e com base nos Estatutos e no Regimento Interno do Partido, resolve:

- Suspender todos os direitos e deveres partidários da companheira Luiza Erundina pelo prazo de 1 (hum) ano.

- Recurso de ofício ao 8º Encontro Nacional.

O PT e o Governo Itamar

Resolução aprovada pelo Diretório Nacional do PT

1- O governo Itamar nasce do impeachment de Collor, conquistado no Congresso e nas ruas. Mas carrega consigo a pesada herança de um programa liberal.

2- Apesar da retórica por vezes progressista e da presença de ministros de esquerda, o governo Itamar tem hegemonia conservadora. A proposta e a política econômica de Paulo Haddad é marcada por ambiguidades e insuficiências. Não rompe com o monetarismo recessivo, mantém o acordo inaceitável firmado com os credores externos no apagar das luzes do governo Collor, além de vínculos expressos com a herança neoliberal.

3- Indiferente à crise que se aprofunda, a posição do governo Itamar é de imobilismo, incompatível com uma inflação de 27% ao mês, uma taxa de juros de 30% ao ano e um endividamento interno que compromete mais de 65% do orçamento de 1993.

4- O presidente assume uma postura imperial, tentando dividir os partidos e afirmar sua atitude acima deles.

5- O PT reafirma sua postura de oposição. Na oposição, serve ao Brasil e intervém nas lutas políticas. Não participa de nenhum "condomínio de governabilidade". E não aceita que fazer oposição seja antipatriótico. A oposição é essencial à vida democrática.

6- Não nos recusaremos-- como não nos recusamos antes-- acordos pontuais com o governo. Nem nos negaremos a disputar com propostas o apoio da sociedade e dos partidos aliados. Não deixaremos de apoiar projetos que, a nosso ver, beneficiem o país.

7- Na oposição, saberemos dizer não. Mas também proporemos alternativas a cada questão em debate na sociedade.

8- Nossa oposição deve se apoiar nas lutas do movimento popular e sindical. Este Diretório Nacional já

aprovou anteriormente plataformas de lutas e alternativas concretas para a crise. Devemos avançar nessa direção articulando os trabalhadores para conquistarem suas reivindicações. Nesse sentido, ganha destaque uma campanha nacional contra a fome, que terá um de seus marcos na Caravana da Solidariedade e da Esperança, alicerçada no Programa de Segurança Alimentar elaborado pelo Governo Paralelo.

9- Nossa oposição golpeia as oligarquias dominantes. É uma oposição comprometida com as grandes reformas sociais. Ataca a especulação financeira e os oligopólios. Contrapõe-se ao governo, mas investe também contra a política e as bases da oposição de direita.

10- Nossa oposição é ativa. Ativa, porque presente, viva, incansável. Ativa porque propositiva. Ativa porque atuante. Ativa como o nosso partido.

São Paulo, 7 de fevereiro de 1993.

Pagando qualquer preço

Após oito horas de debate, os membros do Diretório Nacional do PT decidiram sancionar a companheira Luiza Erundina, pela prática de um ato de indisciplina partidária, com um ano de suspensão.

Contrariando as expectativas, a ex-prefeita compareceu à reunião e fez um discurso. Afirmou não estar fazendo sua defesa, e sim, explicando os motivos que a levaram a aceitar o convite para participar do governo Itamar Franco. Procurando isenção na divulgação deste debate, o BN publica os discursos de Lula e Luiza Erundina, além da síntese de algumas das intervenções feitas no calor da discussão.

Quero agradecer o convite para vir a esta reunião. Não venho fazer a minha defesa pois não me sinto culpada. Não foi uma decisão inspirada por interesse pessoal, individualista, personalista, mas foi a partir da compreensão que esta posição política -- por maior que fosse o preço que eu tivesse, ou que eu tenha, que pagar por ela -- era a posição que a minha consciência indicava. E quem sabe, pagando esse preço eu pudesse contribuir para que o meu Partido, para que o nosso Partido, pudesse rever sua posição e pudesse aprofundar a avaliação do seu papel e da sua responsabilidade face à situação do país e à situação de premência de solução para os graves problemas nacionais.

Vim ao Diretório Nacional para explicar aos companheiros as razões que me levaram a aceitar o convite para participar do governo de Itamar Franco.

Desde a posse dele como interino eu já defendia que o PT deveria fazer propostas e, se aceitas, até mesmo aceitar integrar-se ao governo para implementá-las.

Entendo que somos a principal força que determinou o "impeachment" do Presidente Collor: tanto pela atuação dos

nosso parlamentares na CPI e no Congresso Nacional, como no movimento pela ética na política. Conseqüentemente, penso que somos corresponsáveis pelo que aconteceu depois.

A posse de Itamar Franco se deveu a um imperativo constitucional e, portanto, é um governo legalmente constituído e sua legitimidade se deve ao fato de ter vindo pelas mãos do povo que foi às ruas e exigiu a substituição do outro presidente.

É verdade que é um governo que se ressentia da falta de um projeto para o país, mas que abre espaço para que os partidos e a sociedade brasileira o ajudem a construir uma proposta viável para ser executada pelo seu governo.

A viabilidade de qualquer proposta terá de levar em conta que se trata de um governo de transição e, como tal, precisa encontrar soluções para os problemas emergenciais e construir as bases para que o próximo governo que assumir em 1995 tenha condições de solucionar os problemas estruturais.

O problema da fome e da pobreza absoluta se coloca como um dos mais agudos e que precisa ser enfrentado imediatamente e, para isto, o nosso partido já tem uma proposta para apresentar.

A reforma do Estado que virá com a definição da forma do sistema de governo e com a revisão constitucional, exige, para ser eficaz, de uma profunda Reforma Administrativa de modo a tornar o aparelho do Estado eficiente, moderno e sobretudo democrático.

Para tanto a Secretaria da Administração Federal é uma área estratégica para promover essa reforma, atuando a nível da infra-estrutura burocrática e dos procedimentos e práticas administrativas, bem como e, sobretudo, na área dos recursos humanos. Estes precisam ser valorizados e respeitados nos seus direitos, através de uma política salarial justa e de um plano de cargos e carreiras como condição para o cumprimento do princípio da isonomia e que possibilite a correção de distorções salariais e elimine definitivamente os privilégios e sua reprodução.

Além disso, urge que se preparem e se capacitem os recursos humanos que deverão operar as mudanças no exercício das funções públicas pós Reforma do Estado. Esta colocará novas exigências para os servidores públicos no cumprimento de suas responsabilidades e na prestação dos serviços à população.

Para tanto, deve-se desenvolver,

desde já, amplo e intensivo processo de treinamento e desenvolvimento de todos os servidores públicos, através de um programa nacional de treinamento que deverá ser descentralizado pelas várias regiões do país. Para isto, existe a Fundação Escola Nacional de Administração Pública que será ativada em sua plena capacidade e a possibilidade de convênios com Universidades e Governos Estaduais e Municipais, para se atingir metas audaciosas ainda este ano.

Na relação com os servidores públicos, procuraremos, junto com o Ministério do Trabalho, reforçar a Mesa de Negociação que já existe e criar outros foros que ampliem espaço e as oportunidades de participação dos servidores no debate e definição de questões de seu interesse direto, mas também de questões mais amplas que estão no bojo do processo da Reforma do Estado e da Reforma Administrativa.

Há, portanto, um espaço estratégico de atuação, desde que se resgate o papel político da Secretaria da Administração Federal no âmbito do governo, o que supõe uma profunda reestruturação dentro de si mesma e no cumprimento de suas competências na relação com os ministérios e demais órgãos do governo.

Portanto, temos condições reais de interferir na definição e implementação das políticas de governo e, sobretudo, de preparar as bases no âmbito interno do aparelho estatal, para o governo que se instalará em 1995 que, esperamos, seja o nosso.

Desde o vitorioso movimento pela ética na política, que teve no PT um de seus principais protagonistas, a nação brasileira alimenta um forte sentimento de esperança de melhores dias para o país e essa esperança está voltada para o Governo Itamar Franco.

Por isso, considero necessário e importante que o partido reavalie sua posição face ao atual governo, para não frustrar a expectativa da nação que tem o PT como referência e como alternativa real de poder.

Assim sendo, gostaria que esta reunião do Diretório Nacional, que foi precedida de amplo debate no partido em todo o país, não se limitasse a discutir o meu caso, mas que este se inserisse no âmbito da discussão sobre a relação do Partido dos Trabalhadores com o Governo Itamar Franco.

Estou consciente de que transgredir uma norma partidária e de que a



disciplina para qualquer partido e, sobretudo, para o PT é uma questão importante. Entretanto, entendo que uma norma disciplinar não deve se sobrepor a uma questão política maior, como, por exemplo, o interesse do país.

Estou certa de que não infringi qualquer valor ou princípio do partido e de que não me distanciei minimamente dos meus compromissos partidários.

Sou fundadora do PT e procurei contribuir no limite da minha capacidade para o nosso Partido.

Nunca descumprí qualquer deliberação das instâncias partidárias e procurei sempre dedicar o melhor de mim mesma a serviço dos trabalhadores e dos setores populares que são a razão de ser do nosso Partido.

Lamento que minha atitude tenha gerado problemas para nosso Partido, mas, por outro lado, considero importante o debate que essa questão provocou dentro e fora do Partido, o que é algo inusitado e que só num partido como o nosso poderia acontecer.

Sendo um organismo vivo, qualquer partido e em particular o PT como partido de massa e democrático, sofre permanentemente o impacto das mudanças da realidade, provocadas, em parte, por ele mesmo em razão da sua atuação política e pela força da sua militância. É o que ocorre hoje com a realidade brasileira, pós "impeachment", que está a exigir do PT, bem como dos demais partidos políticos, que revejam e adequem suas posições às exigências dessa realidade.

Face a tudo isso, me acho no direito de permanecer no PT e vou lutar até as últimas conseqüências para preservar minha filiação partidária.

Espero que meus companheiros entendam minhas razões e não me privem da minha militância petista. Nasci politicamente no PT. Coloquei toda minha vida a serviço dos ideais petistas e vou lutar até o limite das minhas forças para que não me tirem o direito de, junto com todos vocês, continuar lutando por uma sociedade justa, livre e solidária.

Sinuca de bico



“Punir a companheira Luiza Erundina pode ser tão grave quanto não punir. É um jogo em que nenhum de nós sai ganhando”. Com esta frase Lula definiu a situação em que o Partido dos Trabalhadores foi colocado. Afirmou entender que a indisciplina havia sido cometida e que cabia à direção decidir sobre a sanção; porém, posicionou-se, a favor da suspensão. Dirigindo-se à Luiza, relembrou a trajetória política da companheira para afirmar que é possível contribuir para o país fazendo oposição.

A opinião pública brasileira está vivendo, neste instante, uma experiência política pouco habitual. Não há na história do Brasil momento em que um partido político tenha estabelecido uma discussão da forma como nós estamos estabelecendo. Discussão que fazemos questão que seja pública, até porque os fatos já são públicos, não existe mais segredo. Bastou abrir as páginas dos jornais, ou ligar o rádio, nos últimos quinze dias, para ter alguém falando nesse caso. Poucas coisas neste país são públicas como o que está acontecendo dentro do PT. Mas o que não é habitual é fazer um debate neste nível, com a presença da imprensa; porque não queremos fazer segredo de nenhuma votação e tão pouco das palavras das pessoas. Nós não queremos mais versões sobre as decisões do Diretório. Nós queremos que as pessoas saibam realmente o que cada um de nós pensa.

Esse episódio é muito triste para o nosso Partido. Porque o Partido fica diante de uma situação extremamente delicada. Punir a Luiza pode ser tão grave quanto não punir. É um jogo em que nenhum de nós sai ganhando num primeiro momento. O Partido tem que existir, tem que ter disciplina. Na medida em que as

pessoas se filiam a um Partido devem acatar as decisões, pois têm condições de recorrer. Agora, o Partido não pode permitir, em nome da sua democracia interna, a política do fato consumado, porque senão é melhor não ter partido político. Se cada um de nós achar que está certo sobre uma determinada coisa e primeiro tomar a decisão para depois dizer que o partido vai ter que deliberar sobre aquela decisão tomada, eu pergunto a mim mesmo: para que um Partido como o PT?

E a companheira Luiza Erundina sabe, os companheiros do PT sabem, que eu comungo com muitas das coisas que a companheira Luiza Erundina disse. Eu acho que o PT precisa contribuir para este país dar certo. Acho que o PT tem que fazer propostas concretas. Acho que o PT tem que conversar. E mesmo quando alguns tentaram vender a bancada do PT com extremo radicalismo, a bancada deu uma demonstração de tolerância, eu diria até complacência, negociando e sendo praticamente a força motora que estabeleceu o acordo para que fosse votado o ajuste fiscal do governo. Essa tem sido a nossa prática no Congresso Nacional. Não apenas no governo Itamar mas em outros governos, nós temos agido sempre assim. O que não podemos é entender que a única forma de contribuir é estar dentro do governo. A história tem mostrado que já houve partidos que, em outros momentos, fizeram essa opção. Achavam que a forma de contribuir era estar dentro do governo. E os anos provaram que esses partidos estavam errados, porque esses partidos se descaracterizaram e deixaram, muitos deles, de serem partidos políticos. Há enormes e muitas possibilidades de contribuir. A companheira Luiza Erundina contribuía demais com este país quando fazia oposição ferrenha a qualquer que fosse o governo. Os trabalhadores contribuíam demais com o país quando faziam greve. Outros contribuíam demais com este país até quando morreram em defesa da democracia.

O PT, portanto, pode contribuir sendo oposição. O PT pode contribuir sem estar dentro do governo. E tanto é verdade isto que este Diretório vai deliberar se eu vou discutir com o

presidente Itamar sobre o programa de Segurança Alimentar que foi elaborado pelo Governo Paralelo. E obviamente que o Itamar poderá dizer “tudo bem eu aceito o programa, mas o PT deverá assumir a responsabilidade de cumprir”. E aí eu estaria numa sinuca de bico. Eu acho que o Programa de Segurança Alimentar não é um programa para ser cumprido por um partido. E nós vamos levar para a reunião membros da Comissão pela Ética na Política que é para assumir a responsabilidade, enquanto sociedade civil, da implantação de um Programa. Não é preciso ser o Lula ou ser o Zé Gomes.

Eu quero dizer à companheira Luiza Erundina que a posição deste Partido, seja ela qual for, é a posição que eu passarei a defender. A imprensa tentou vender, e alguns companheiros do PT -- não sei se de má fé, se de boa vontade -- tentaram vender isso como um confronto Lula/Luiza Erundina. Mas o meu papel como presidente do partido é apenas comunicar à imprensa quais são as decisões do partido. Portanto, eu acho que a companheira cometeu um ato indisciplinar com o nosso Partido. Cometeu um ato indisciplinar -- possivelmente outros de nós já tenhamos cometido em outros momentos -- e o Partido não pode prescindir de discutir isso com a maior seriedade. Porque senão nós iremos destruir este Partido. Nós não seremos partido político. Possivelmente, seremos um amontoado de pessoas ligados a uma sigla para disputar eleição de 4 em 4 anos. E eu acho que o PT não pode se prestar a isso, mesmo que a pessoa que esteja em discussão seja a Luiza Erundina. Eu queria dizer a todos você que é um dos momentos mais difíceis da minha vida. É um momento que eu jamais pensei em viver dentro do Partido. Já vivi isso com outros companheiros em menor escala. Mas quero dizer que, por mais que seja duro, o Partido tem que tomar uma decisão. O Partido precisa discutir e precisa dizer, mesmo que ele erre, que, na sabedoria das suas instâncias, pode mais do que qualquer um de nós individualmente.

Todos sabem, é público também, que sou contra a expulsão da companheira Luiza. Porém, sou fa-

vorável a que a gente tome uma posição. Quero dizer que o ato da Luiza Erundina foi um ato que, se a gente não reparar agora, amanhã será o Lula, a Benedita, o Eduardo Jorge, que se acham no direito, por serem personalidades públicas, de tomarem as decisões e que depois o Partido vai atrás. Nós tentamos evitar isso. É importante que este diretório saiba que os companheiros Eduardo Jorge, Suplicy, Zé Dirceu e eu, reunidos com a Erundina, no dia 22, pedimos que ela adiasse essa decisão para depois desta reunião do Diretório Nacional. Inclusive, Eduardo Jorge tinha ponderado sobre isso no dia anterior com a companheira. A companheira Luiza ligou para o presidente Itamar e ele, me parece, não deu esse tempo. Eu sinceramente não sei se algum cientista político dentro do PT sabe qual foi a lógica do Itamar. Eu gostaria de saber qual foi a lógica do Itamar, pelo procedimento que ele teve. Acho que nós ainda vamos descobrir isso. Mas, eu acho que qualquer que tenha sido a lógica dele, ele não poderia ter colocado o PT nessa situação. É sempre muito triste, quando a gente tem que discutir os problemas de fora, quando a gente tem que discutir soluções para o Brasil, enfrentar também problemas internos que corroem a energia do Partido.

Portanto, companheira Erundina, sou daqueles que defende de forma intransigente sua permanência no Partido. Sou daqueles que gostaria que sua permanência se desse com sua saída do governo Itamar. Isso seria o ideal. Coisa que, na sua fala, já ficou claro que não vai acontecer, porque você acredita que é possível continuar no governo e continuar no Partido.

Eu sou daqueles que defende a suspensão por determinado tempo para que essas coisas possam ser discutidas até o Congresso, para que

I n t e r v e n ç õ e s

a gente possa continuar discutindo depois do Congresso e para que a gente evite que outros companheiros do partido se achem no direito de sobrepor o Partido e de tomar posições individuais. Eu confesso a vocês que esse diretório vai poder, com a sua decisão de hoje -- qualquer que seja a decisão -- demonstrar a dimensão de partido que a gente vai querer criar.

É lógico que tem a pesquisa de opinião pública mostrando que 70, 80 por cento das pessoas concordam em que a companheira vá ao governo. Obviamente que o nosso Partido não pode ser movido à pesquisa. Porque senão todos já estaríamos defendendo a pena de morte, porque também na pesquisa o povo deseja a pena de morte. Ou não teríamos expulsado o Aírton Soares, porque também as pesquisas não queriam. Ou não deveríamos ter deixado de ir ao Colégio Eleitoral, porque também as pesquisas diziam que nós deveríamos ter ido. Uma direção política não tem que agir sob emoção, ela tem que agir com a razão. O que está em jogo, na verdade, na minha opinião, é que a companheira cometeu uma indisciplina contra uma decisão do Partido. E o Partido vai deliberar se pune ou não pune, se cometeu ou se não cometeu essa indisciplina. E isso independe da discussão do governo Itamar, porque a indisciplina, no meu ponto de vista, já foi cometida.

Portanto Luiza, eu quero que você veja nessa decisão do Diretório uma decisão do partido que a companheira ajudou a criar. Uma decisão de um partido que, mesmo quando é duro, é um Partido que procura ser o mais justo possível. E nem sempre a justiça do partido atende às nossas aspirações. Por isso eu quero que você aceite, Luiza, qualquer que seja o resultado. Brigue dentro do Partido, recorra dentro do Partido; todos aprenderemos com essa discussão. Mas quero fazer um apelo a todos os membros do Diretório: tomada essa decisão aqui -- se houver recurso, ou se não houver punição -- espero que essa coisa pare e que a gente comece a se preocupar com os problemas de fora do PT, com os problemas do Brasil. Porque está insuportável a situação brasileira e o PT não pode se dar ao luxo de ficar olhando para o seu próprio umbigo a vida inteira. Esse apelo eu faço à Luiza Erundina, faço à direção executiva do partido, ao diretório nacional e, sobretudo, à militância do nosso partido. Muito obrigado.



Jogados na vala comum

Marco Aurélio Garcia. *"Discordo radicalmente e condeno a posição de Luiza Erundina tanto na forma quanto no conteúdo. Na forma, porque ela infringiu regras internas e no conteúdo, porque sou pela oposição ao governo Itamar"*

Nós escutamos a companheira Erundina dizer que estava disposta a pagar qualquer preço por sua decisão. Eu gostaria de saber qual é o preço que ela está disposta a fazer o Partido pagar por essa decisão. Podemos antecipar que esse preço será elevado.

Se nós aparecermos compactuando, fazendo vistas grossas, seja pela não sansão, seja por uma sansão branda, estaremos jogados na vala comum dos partidos políticos brasileiros, e passando a ser aquilo que não fomos até agora, mais um do simulacro de partidos que enfeitam o simulacro de democracia deste país. Se tomarmos uma decisão rigorosa, de excluirmos a companheira do nosso partido, nós estaremos projetando a imagem da velha organização sectária, que não se adaptou aos novos tempos, que não compreendeu as mudanças que ocorreram no mundo, como muitos tentam nos impingir. O terceiro preço, que eu não

gostaria de omitir, é que internamente a decisão da companheira acirra um debate que poderia ser saudável do ponto de vista político, mas que muitas vezes tem se encaminhado por um perigoso caminho de luta interna, de utilização desse episódio em proveito de facções, de tendências de opiniões que são legítimas, mas que muitas vezes se expressam de forma oportunista.

Eu gostaria que a mesma condescendência que muitos tiveram no episódio da exclusão da Convergência Socialista aparecesse também neste episódio. O que eu tenho visto, no debate, é que a mesma condescendência que houve com a Convergência aparece aqui sob a forma de intransigência no episódio da companheira Erundina. Essas questões não podem ser omitidas do debate sério, e que deve ser desapassionado, entre nós.

Eu discordo radicalmente e condeno a posição da companheira Erundina na forma e no conteúdo. Na forma, porque acho que ela infringiu as regras internas do partido. Eu sou heterodoxo de primeira hora neste Partido. Por isso me sinto absolutamente à vontade para dizer que eu não acredito que o Partido seja geléia geral. E não acredito que a crise do socialismo e que o desmonte oportuno dos partidos de viés stalinista, ou outros, nos autorize a pensar que o nosso Partido vai se transformar em algo onde não há mais critérios. Nós temos régras, eu quero estado de direito e quero legalidade dentro do nosso Partido. No conteúdo, eu me oponho também porque eu sou pela oposição ao governo Itamar, assim como a maioria da Comissão Executiva do Partido e da Direção Nacional, porque acreditamos que não se operou um processo de ruptura substantiva com o governo Collor -- sobretudo no que diz respeito às grandes orientações econômicas e sociais.

Vivemos num país onde sempre se acreditou que contruir, servir ao país, ser patriota é estar ao lado do governo, muito ao estilo das composições de elite, dos acordos por cima. Nós sabemos que o nosso partido contribuiu mais para a democracia, para o desenvolvimento social do país estando na oposição. Isto não significa a apologia da oposição. Significa repensar as questões da democracia e dizer claramente: nós podemos servir este país na oposição. E vamos servi-lo muito mais no governo. Mas no nosso governo, não no governo dos outros.



Foto: Parizotti

Daqui a pouco tudo pode

João Machado. *"Há uma tendência, no partido, de dispersão e até de desagregação. Exemplo da gravidade da situação é a presença de monarquistas entre os dirigentes. Mas não entendo o que poderia ser mais grave do que a atitude de Erundina"*

Estamos diante de uma escolha entre dois caminhos. Se não tomarmos uma posição extremamente clara, nós estaremos deixando que se aprofunde uma tendência, que, infelizmente, já é bastante presente no PT. Uma tendência de dispersão política, até de desagregação, de adaptação às pressões da opinião pública, e assim por diante. Perdendo, portanto, a nossa identidade como partido e até mesmo a possibilidade de existir como partido político. Ou seja, como um coletivo, que tem um projeto transformador, revolucionário, que age com um mínimo de unidade de ação, embora, evidentemente, com o máximo de pluralidade, de debate de opiniões.

Outro caminho que podemos tomar é justamente o de reafirmar a nossa identidade. Aproveitar este momento difícil e doloroso para fazer uma inflexão nessa tendência

recente de dispersão política, de desagregação, que o nosso partido vem sofrendo. Quero dizer, para chamar atenção sobre a gravidade da situação, da dificuldade política, que nós teremos que discutir com seriedade o fato de que há companheiros no Partido -- inclusive o companheiro Juarez, membro do Diretório --, defendendo o parlamentarismo monárquico.

Então, estamos sofrendo uma tendência em que daqui a pouco tudo pode. E dentro dessa preocupação, eu acho que dificilmente poderia haver alguma coisa mais grave para alguém fazer contra o partido do que se colocar contra o Partido na questão do governo. O partido pode ter muitas diferenças, muito pluralismo, diferenças sobre linha sindical, sobre várias coisas. Agora, o Partido tem que poder decidir se está ou se não está no governo. Se nem isso é uma coisa que o partido pode decidir, se fica para cada um escolher ... realmente não entendo o que poderia ser mais grave do que isso, o que poderia ser uma agressão maior contra o partido do que isso.

Convém levantar, antes do debate terminar, a questão dos precedentes. Há muitos precedentes de decisão de desligamento, de expulsão pelo Diretório Nacional, sem Comissão de Ética. O caso dos deputados que foram ao colégio eleitoral. O caso recente do desligamento de uma corrente inteira, a Convergência Socialista. Inclusive, o caso da Convergência tem uma analogia com essa discussão agora. Os companheiros da convergência, de forma pontual, ou mais sistemática, faziam oposição quando nós estávamos no governo. A companheira Luiza está fazendo exatamente o contrário. Diante disso acho que temos que fazer um esforço para convencer a companheira Luiza de que esse caminho é impossível. Se não conseguirmos convencê-la, não dá. É a sobrevivência do partido que está em jogo.

A suspensão pelo prazo em que ela estiver no governo é uma medida incorreta porque seria uma espécie de acordo, uma licença. Não podemos passar a idéia de que estamos, de alguma forma, concordando com essa atitude gravíssima contra a questão que é a mais essencial de um partido político, a questão do governo ou do poder.



Sem medo de palavras

Maria Laura. *"A companheira é hoje representante do governo Itamar e é responsável por sua decisão. Minha posição é pela expulsão, mas cabe só a ela decidir entre sair do governo ou desfiliar-se do Partido"*

Na verdade só estamos fazendo essa discussão aqui hoje, no nível e com a forma que estamos fazendo porque somos um Partido. Um partido que tem uma história marcada e com base na democracia externa. Um partido que tem suas bases fincadas no movimento real, que tem sua prática marcada pela disciplina partidária. Nós não somos um amontoado de pessoas, nós somos internamente iguais e temos direitos equânimes. Tenho certeza de que a discussão que fazemos aqui está sendo vista pela opinião pública do país inteiro. Está sendo vista de modo muito particular pelos segmentos mais importantes: pelos donos do poder e pelos explorados deste país. E eles sabem que da decisão tomada nesta reunião será feita uma sinalização para nossa intervenção no próximo período e para as dificuldades que os donos do poder terão para fazer imprimir a sua vontade.

Somos um partido que tem um

programa, com objetivo estratégico. E esse objetivo estratégico os nossos inimigos querem destruir a todo momento. E querem quebrá-lo de maneira particular neste momento. A companheira Erundina, que é uma expressão pública importante no nosso partido -- e exatamente porque ela é e tem a importância que tem -- é que sou bem severa, no dizer de alguns -- ela rompeu a disciplina partidária. Ela incorpora-se ao governo que tem outro programa. A companheira é hoje representante do governo Itamar e é responsável por essa sua decisão. Minha posição já foi colocada publicamente. É uma posição pela expulsão -- sem ter medo de palavras --, esgotada a alternativa que cabe apenas à companheira Erundina, e cabe só a ela, decidir, que é ou sair do governo ou se desfiliar do PT. Faço isso, muito tranquilamente, em nome da defesa do Partido dos Trabalhadores, do seu programa e também da sua tática neste momento. E eu queria colocar um outro elemento nessa discussão: o governo Itamar precisa do PT. E mais do que isso, ele precisa naquele lugar, onde necessita de ajuda para aplicar o plano de ajuste, modernizante do Estado, e do FMI. E foi pra lá que ele chamou o PT. Ele precisa da nossa ajuda porque ninguém vai desafiar a companheira Erundina do PT. Ele precisa da nossa ajuda para aventar um Estado falido, destruído pelo sr. Collor de Mello. Ele precisa da nossa ajuda para ter a fachada que ele necessita de credibilidade pra empurrar o seu governo. Por isso reafirmo nesta reunião a minha posição. E quero solicitar uma reflexão: por que o Itamar não chamou a companheira Erundina para o Bem Estar Social, Para a Reforma Agrária, será que não há alguma diferença entre esses setores e a Secretaria de Administração?

Por último, quero dizer que nós estamos vivendo uma crise. E da superação dessa crise vão depender os nossos rumos seguintes. Vou estar junto daqueles que entendem que a superação da nossa crise passa pela sanção que eu chamei de expulsão, e que no diretório do PT foi chamada de desfiliação. E essa atitude é para preservar o PT. Quero afirmar àqueles que querem destruí-lo que nós vamos seguir nossos rumos.



Forma e conteúdo

Eduardo Jorge. *"Discordo sobre a forma precipitada da atitude de Luiza mas concordo com o conteúdo. Defendo a tese de que é preciso apoiar e participar do governo. Esperava ter mais tempo para convencer os companheiros"*

A discussão sobre o momento político está ocupando o espaço da discussão sobre o episódio. Quero colocar, em primeiro lugar, que houve um erro do presidente Itamar nesse processo, o que dificultará a relação com o PT daqui para frente. Em segundo lugar, houve um erro da companheira Erundina. Eu conversei com ela na véspera e repito: a minha idéia era que houvesse pelo menos 15 dias para que esse processo fosse discutido. Isso seria importante para que eu -- que defendo a tese de que é preciso apoiar e participar do governo --, tivesse condições de convencer os companheiros. Então, acho que houve um equívoco da companheira Erundina no método, embora concorde com o conteúdo da decisão. Mas essa decisão equivocada e precipitada da companheira Erundina não está desconectada do mundo. Nos últimos quatro anos, por diversas vezes, ela não contou com a tolerância e com o apoio no nível em que

precisava para a tarefa de governar a maior cidade da América do Sul.

É preciso ver, também, que a precipitação não veio só de Itamar e da Luiza. Eu vi vários companheiros, num movimento de precipitação reflexa, chamá-la de traidora, de cínica, de ex-companheira, através dos jornais. E, vejam bem, numa questão complexa. Que não tem primado o Partido dos Trabalhadores nesse episódio pela clareza, pela coerência em relação à avaliação do governo Itamar. Pelo contrário, é confusa, na prática, a forma como está sendo levada a posição do PT. Estou ciente de que há nas instâncias partidárias e de direção uma maioria crítica à forma e ao conteúdo da decisão da Luiza Erundina. Mas também sei que, a nível da opinião pública partidária, da opinião pública que apoia o PT, dos simpatizantes existe um grande número que tem outra avaliação. Nós estamos num partido de massas, amplo, popular, onde o processo de disciplina e de consulta é muito mais complexo. Não estou propondo submeter e guiar o Partido por pesquisa de jornal, mas não posso deixar de levar em conta a opinião pública de simpatizantes do PT e simplesmente consultar a liderança, seja ela a cúpula, nós aqui reunidos, ou a liderança intermediária. É muito mais complexo e amplo o processo de consulta num partido popular. A opinião pública tem que ser levada em conta.

Eu defendo os partidos como instituição necessária para a consolidação da democracia, com disciplina e unidade partidária. Com essa concepção quero fazer a seguinte proposta: 1) a companheira Luiza Erundina deve ser advertida porque não cumpriu uma decisão (embora conflituosa) do Diretório Nacional; 2) deve ser colocado para a opinião pública que enquanto estiver no governo ela não representa e não fala pelo Partido dos Trabalhadores; 3) Ela não poderá exercer nenhum cargo dentro do PT enquanto estiver no governo Itamar; 4) Ela mantém seu direito de voz dentro do PT para poder defender sua posição política; 5) Para isso sua filiação tem que ser preservada; 6) Vamos continuar discutindo no PT a relação com esse governo para que, afim, depois de amadurecido esse posicionamento diante do governo Itamar, possamos ter uma avaliação mais completa do gesto da companheira Luiza Erundina.



O crime está claro

Vladimir Palmeira. *“É ruim, é chato, mas precisamos fazer política clara. Ou afastamos a ministra ou estaremos desagregando o partido e exterminando com nossa chance de disputar a candidatura à presidência da República”*

Embora a Erundina diga que não se sente culpada de nada. E que, portanto, não veio se defender. Certamente veio acusar a vocês que aprovaram a resolução sobre a oposição, a vocês que representam as bases do Partido. Veio acusar a política de tradição do PT de democracia interna, de debate e de afirmação das posições da maioria sobre a minoria. A ex-prefeita é uma acusadora. Ela veio acusar aqueles que constróem este partido todo dia nesse país afora.

Ela disse que paga o preço, que banca tudo. Portanto, criminosa consciente, porque sabe bem porque veio e está disposta a bancar o preço, seja ele, inclusive, a expulsão.

Nós temos que defender o partido e a democracia. Isso é claro. Como defendemos o partido? Com o debate, às vezes acirrado, duro, pesado. Mas depois, o acatamento da minoria à maioria. Assim tem sido.

E mais, a democracia se constróe com partido. Na medida em que negamos o PT como partido nós estamos

negando a democracia. E tem gente aqui que não quer partir para construir essa democracia. Aprovam a fidelidade partidária -- que até permite caçar mandato de deputado que não vota com o partido -- e aqui se escandalizam com o termo expulsão. São choros, lágrimas de crocodilo, hipocrisia política, paixão, desvirtuamento e doutrinarismo.

Aqui, estamos acompanhando como uma pessoa tenta impor sua vontade a mais de 90% dos militantes do partido, a mais de 90% do diretório nacional. Impor sua vontade a pessoas que não têm só 13 anos de militância. Têm 30, têm 18. Enfrentaram a ditadura, foram para a cadeia. Construíram a esquerda brasileira. Pegue o diretório nacional e veja o passado dos membros do diretório nacional. Pegue o DN e veja se não merece respeito a democracia desses companheiros. Se não merece respeito a prática do cotidiano deles.

Muita gente que hoje diz que a expulsão é um horror, que é um negócio terrível, no entanto, levantava o dedo acusador para a Convergência. Não é para comparar, mas é para dizer o seguinte: a expulsão faz parte da luta política, faz parte do processo político.

O problema é que a prefeita veio aqui dizer que vai continuar cometendo o mesmo crime. Vai continuar sendo ministra. Conta ainda em convencer o PT. E a gente quer dar uma suspensão que dá para a ministra uma iniciativa política. Ela vai poder fazer uma crise daqui a um ano. Ou nós tomamos uma iniciativa política e liquidamos esse episódio, para que a gente possa, afim, pensar na política que o PT pode fazer, ou nós vamos ter uma ferida aberta. Daqui a um ano, no ano da campanha eleitoral, ela vai querer rediscutir a filiação. E este partido vai parar para discutir as suas divisões e não o seu projeto para o Brasil, e não o seu programa de governo. Portanto, é ruim, é chato, mas é preciso fazer política clara. Ou afastamos a ministra ou estaremos desagregando o Partido, exterminando com nossa chance para disputar a candidatura à presidência da República. Por isso, com a mesma coerência que o Partido afastou a Convergência, nós devemos aqui afastar a ex-prefeita. Não que ela não tenha méritos, não que ela não tenha passado. Mas os méritos e o passado de cada um de nós não valem tanto quanto o futuro de nosso partido.



Disciplina é instrumento

José Genoíno. *“Para o país, para a luta pelo socialismo, para a democracia é importante o PT, é importante a companheira Luiza Erundina. Por isso não quero afastá-la do partido, nem passar a mão na sua cabeça”*

Em primeiro lugar quero dizer que chantagem e discurso em nome da defesa do Partido, que transforma a disciplina em valor absoluto e em um fim em si mesmo, não me toca. Se eu pensasse assim, não teria entrado no PT. Contrariarei muitas disciplinas para poder entrar no Partido dos Trabalhadores e vários dirigentes aqui sabem disso. E muitos contribuíram comigo para contrariar várias disciplinas. Portanto não podemos trabalhar com a disciplina como um valor infringido. A disciplina está a serviço de um programa, de valores e da sociedade que nós temos que construir. Quando uma pessoa se filia a um partido, faz adesão a um programa e aos valores do partido. A disciplina é um instrumento para materializar esse programa e os valores do Partido. Por isso, a filiação de uma pessoa a um partido só pode ser rompida unilateralmente quando esses valores se rompem, se quebram, por atos de corrupção. Por participação em um

governo que é antagônico, em toda a sua extensão, aos princípios e ao programa do Partido. A expulsão ou afastamento da filiação de um militante do partido pressupõe, sim, um rito de Comissão de Ética e de investigação.

O PT está vivendo um momento importante. E toda a repercussão deste momento se deve a duas coisas: primeiro, porque é o PT, e segundo, porque é a Erundina. Se a Erundina fosse uma oportunista, uma criminosa, uma traidora, não repercutiria tanto a discussão se ela deve ou não ser punida pelo PT. Não cabe comparar o caso da Erundina com outros casos que aconteceram aqui. Não tem semelhança. Nem no tratamento dos que foram ao Colégio Eleitoral, porque a decisão foi de um Encontro, nem com o caso da Convergência, pois nós tivemos pelo menos cinco anos de querela disciplinar com a Convergência Socialista. E na primeira divergência disciplinar com a Erundina nós queremos a cabeça?

Eu quero defender o Partido. Eu quero defender que o divórcio entre o Partido e a Luiza Erundina não seja através desse conflito litigioso. Desse conflito que está se delineando em muitas das intervenções feitas aqui. Eu quero o casamento, porque para o país, para a luta pelo socialismo, para a democracia é importante o PT, é importante a companheira Luiza Erundina. Por isso, não quero afastar a Luiza Erundina do Partido, nem quero passar a mão na sua cabeça.

Equívocam-se aqueles que querem utilizar como exemplo a fidelidade partidária. Com a fidelidade você pega o mandato, o cargo mas a filiação não, porque você pode concorrer depois. Eu defendo a fidelidade partidária, mas não vamos misturar com expulsão. Por isso, para mim, a filiação de uma pessoa ao partido só pode ser rompida quando o filiado contraria a um só tempo a disciplina, o programa e os valores básicos do partido. Nesse sentido, a proposta mais correta é uma advertência pública e clara sobre a atitude da companheira Luiza Erundina e a suspensão de seus direitos e deveres enquanto ela estiver no governo. Mas a sua vinculação com o partido tem que ser mantida.

É preciso lucidez para resolver este impasse, onde não deve predominar nem o sectarismo nem a benevolência com o ato de indisciplina.

Manifestos Republicanos

Estamos nos aproximando da data marcada para o Plebiscito sobre forma e sistema de governo. A propaganda gratuita, pretensamente conscientizadora, já está nas rádios e emissoras de TV.

O Partido dos Trabalhadores realiza neste mês (dia 14), o seu plebiscito interno, para que suas bases se manifestem sobre qual o sistema que o Partido deverá defender. O BN publica, nestas duas páginas, os manifestos dos petistas Presidencialistas e dos Parlamentaristas, e, ignora os monarquistas.

Presidencialismo democrático

De hipótese prevista pela Constituição de 1988, o parlamentarismo transformou-se em necessidade vital para as elites, passou a ser a forma mais sutil e eficaz de impedir que a eleição de Lula para Presidente da República abra um processo de transformação social.

Hoje existem parlamentarismos para todos os gostos. Eles vão do parlamentarismo bom moço de Mário Covas e Fernando Henrique ao parlamentarismo com pena de morte, escrachado e francamente golpista de Amaral Neto, passando pelo parlamentarismo de ocasião do Dr. Ulysses Guimarães e pelo parlamentarismo oficial-fisiológico de Fiuza-Borhausen. Todos eles compartilham a intenção de estabelecer a escolha indireta do governo, fazendo com que seu chefe venha a ser nomeado pelo parlamento.

Tudo isso é normal, pois ainda não foi revogada a luta de classes, o que faz com que os políticos representantes das elites tenham o dever profissional de fazer propostas que dificultem o avanço do povo rumo aos centros de decisão. Grave seria o PT embarcar nesta onda, permitindo que a defesa do regime presidencialista, mais democrático, mais eficaz e mais participativo, ficasse nas mãos de Quércia e Brizola.

O debate sobre o sistema de governo é travado de forma superficial. Atribui-se a ele propriedades mágicas, como se fosse possível explicar o desenvolvimento social e econômico de determinadas nações exclusivamente pelo sistema de governo por elas adotado. Esta carica-

tura de raciocínio permite concluir que, com a adoção da pena de morte, o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento econômico, ou que, o fato de que o presidente da República anda de *jet ski* significa que já estamos no primeiro mundo.

O presidencialismo é descartado a partir da análise da atuação da ditadura militar ou de Fernando Collor, atribuindo-se a este sistema a tara insanável de gerar ditadores e caudilhos. Esta simplificação esquece, convenientemente, que pessoas tão perigosas como Hitler e Mussolini chegaram ao poder em sistemas parlamentaristas. Ignora o papel da maioria do Congresso Nacional na sustentação política de Fernando Collor. Não percebe que o atual sistema permite ao Congresso Nacional conter boa parte dos desatinos presidenciais e que se isso não está acontecendo é porque a maioria dos parlamentares, eleitos por um sistema eleitoral viciado, é direitista e fisiológica.

Faz parte da tradição da esquerda a concepção de que quanto mais direita melhor a democracia. O mundo de hoje em dia não permite que os trabalhadores decidam tudo a toda hora, por isto, a necessidade da democracia de representação. Mas a representação no presidencialismo é mais direta: o povo elege diretamente a direção do governo.

No parlamentarismo o povo elege um colégio eleitoral que, este sim, vai elegê-la. O presidencialismo é, portanto, mais democrático. O presidencialismo é também mais descentralizante.

No parlamentarismo estabele-

ce-se uma simbiose entre o executivo e o legislativo, de tal forma que o legislativo fica sem autonomia, diferente do presidencialismo que divide as funções de governo e fortalece o parlamento, na medida em que lhe faculta o controle político e administrativo do executivo. Ou seja, o presidencialismo diversifica os centros do poder e permite divergências entre elas.

Se na Inglaterra 70% das leis são originárias do Executivo é possível esperar que aqui esta deformação seja ainda mais acentuada. Por outro lado, num país com as características do Brasil, a unificação dos objetivos é uma necessidade vital. A eleição parlamentar, corporativa, clientelista e paroquial, jamais assegurará o debate dos grandes temas nacionais e a participação popular. Aqui, as grandes mobilizações ocorrem quando se consegue identificar um objetivo unificador. Foi assim na campanha pelas diretas e na campanha presidencial de 1989. Será assim na campanha Lula 94 e no futuro governo democrático e popular, que não terá sucesso sem uma permanente mobilização do povo.

É preciso também considerar o parlamentarismo no contexto histórico em que surgiu, que lhe deu um caráter de pacto entre o poder absoluto dos reis e o nascente poder político da burguesia, expresso pelo parlamento. Aqui, há cem anos superamos a monarquia e não temos porque adotar um sistema de governo que é um pacto entre a burguesia e a aristocracia, inclusive porque os monarquistas atuais não parecem contar com uma força política signi-

ficativa, muito menos dentro do PT, onde um certo elitismo existente ainda não qualifica certos dirigentes para a nobreza. Aos que vêem na aprovação do parlamentarismo uma oportunidade para derrotar politicamente o governo, cabe informar que o Presidente e a maioria de seu governo são parlamentaristas. Já instalaram inclusive uma espécie de fisioparlamentarismo capitaneado por Ricardo Fiuza, de maneira que o PT estaria laborando em erro se criasse a expectativa de derrotar o governo apoiado pelo próprio governo.

Finalmente, cabe afirmar que, na perspectiva da revisão constitucional, o PT tem a obrigação de dedicar suas energias à luta contra um regime político marcado pelo monopólio dos meios de comunicação, pela tutela militar sobre o Estado e por um sistema eleitoral antidemocrático. O povo ganharia muito mais se, na discussão sobre a reforma do Estado, o PT dedicasse suas energias a estes temas e introduzisse outros, como a eleição dos membros do poder judiciário, abrindo assim o caminho para a introdução de um sistema presidencialista mais democrático.

É assim que poderemos devolver a esperança ao povo brasileiro, mobilizando suas energias contra a política do governo Collor e apontando a eleição de Lula para presidente da República como objetivo central, capaz de aglutinar vastos setores da população sob a direção dos trabalhadores.

Por uma República parlamentarista e democrática

Uma decisão soberana da Constituinte de 88 garante aos brasileiros a oportunidade histórica de decidir democraticamente -- através de um plebiscito -- como queremos ser governados: pelo comando uni-pessoal de um presidente ou por um presidente, diretamente eleito, juntamente com um colegiado parlamentar.

A primeira questão colocada para a sociedade brasileira, e que devemos responder, é qual dos dois sistemas -- Parlamentarismo ou Presidencialismo -- serve melhor ao objetivo de democratizar as instituições políticas no Brasil e cria melhores condições para a realização das reformas econômicas e sociais que nossos partidos defendem historicamente.

Estamos convencidos de que a República Parlamentarista estabelecerá condições para o controle democrático do governo pelo povo e contribuirá para a disputa democrática, com participação popular, sobre os rumos do governo e do país.

A proposta parlamentarista e democrática que apresentamos ao país -- e particularmente aos petistas -- está associada, de forma indissolúvel, a reformas da representação na Câmara dos Deputados, do papel do Senado da República, do sistema

partidário, eleitoral na administração pública federal e da atual legislação de concessões de rádio e televisão.

Defendemos, sem concessões, a eleição direta do presidente da República, em dois turnos. Um presidente que exercerá o comando das Forças Armadas e dirigirá a política externa, com poderes para indicar o Primeiro Ministro, dissolver a Câmara e convocar novas eleições sempre que não houver maioria parlamentar na Câmara.

Para nós é fundamental -- e em torno disso não é possível negociação -- o fim do Senado como câmara alta e revisora e a restrição de suas funções aos assuntos da Federação. Ao mesmo tempo, é imperativo modificar a representação dos Estados na Câmara dos Deputados, obedecendo-se a proporcionalidade, segundo a população de cada unidade da federação. Repudiamos a atual representação dos Estados na Câmara, que macula a democracia e falseia o voto universal.

A escolha do Primeiro Ministro -- em votação aberta -- pela maioria absoluta da Câmara, vinculada à apresentação de um programa de governo e ao direito ao voto de desconfiança puro, são condições indispensáveis para o parlamentarismo democrático que propomos.

Rejeitamos a implantação do voto distrital puro. Reafirmamos nosso compromisso com o voto proporcional e a liberdade de organização para os partidos. O país exige uma nova legislação eleitoral e partidária e a reforma da justiça eleitoral.

Em respeito absoluto à Federação Brasileira e à vontade soberana do povo defendemos a liberdade dos Estados e Municípios escolherem seu sistema de governo.

Apresentamos ao país a proposta de submeter a um referendium popular, após a revisão constitucional, as mudanças advindas da adoção no novo sistema de governo. A soberania popular se expressaria por completo no plebiscito, ao escolher o sistema de governo, e no referendium, ao aprovar a forma constitui-

onal assumida pelo parlamentarismo em decorrência da revisão. Nós, signatários deste manifesto firmaremos um protocolo, em conjunto com a Frente Parlamentarista, nos comprometendo a votar nesta proposta parlamentarista na revisão constitucional. Esse protocolo será registrado no TSE.

Propomos ao PT que assumo o Parlamentarismo Republicano e Democrático no plebiscito de 21 de abril deste ano. Esse sistema de governo significa uma presidência forte para tratar de questões estratégicas e um parlamento reformado democraticamente assumindo o governo. Significa, também, uma sociedade organizada, pressionando, fiscalizando e participando dos assuntos de governo.

O Parlamentarismo aproxima o povo das decisões do governo, estimula a organização política da sociedade e o debate de programas. É o sistema de governo que mais abre espaço e cria condições para a intervenção da sociedade no parlamento, estimula o aumento da representatividade dos partidos e dos mandatos legislativos, dá coerência programática às alianças e possibilita a formação de governos de coalizão -- experiência vitoriosa nas eleições de 92, quando nossos partidos se aliaram para disputar e conquistar o governo de importantes cidades brasileiras.

O governo de gabinete, a aliança dos partidos e o programa de governo, sempre sob fiscalização e pressão popular, poderão ser censurados pelo parlamento, tendo como consequência um novo gabinete ou novas eleições parlamentares. Tudo ao contrário dos atuais cinco anos de mandato presidencial, com sua índole messiânica e sua natureza imperial.

Nossa luta pelo parlamentarismo significa uma ruptura com a elitização do poder e com o autoritarismo, dando continuidade à histórica luta de nosso povo pela democracia.



Carta de São Paulo

Alguns setores do partido já se mobilizam, realizando reuniões e seminários, com vistas ao 8º Encontro -- que, enfim, será realizado nos dias 11, 12 e 13 de junho. É o caso do movimento "Na luta, PT!", que realizou um seminário em janeiro (cujo texto de conclusão se intitula "Carta de São Paulo), e de uma ala da "Articulação", que elaborou um Manifesto aos Petistas. Publicamos, nesta edição, a síntese dessas iniciativas.

A crítica situação vivida hoje pelo PT tem provocado uma grande preocupação entre a militância e algumas iniciativas visando a superação desta crise. Destaca-se, entre elas, o surgimento do Movimento "Na Luta, PT", pela sua amplitude, abertura e disposição de apresentar ao Partido propostas consistentes. Nascido a partir de um manifesto contra a apatia do PT ainda no governo Collor, este movimento realizou uma Plenária Nacional em dezembro de 1992 e um seminário em 22, 23 e 24 de janeiro, no Instituto Sede Sapientiae -- local onde há 13 anos foi eleita a 1ª Comissão Provisória Nacional do PT. Contando com a presença de mais de 300 militantes de 15 estados, o Seminário decidiu procurar outros setores partidários e aprovou um manifesto intitulado "Carta de São Paulo", do qual destacamos a seguir alguns trechos.

Situação Política

"O Brasil atravessa uma situação social instável, fruto da crise econômica que se aprofundou com a implantação da política neo-liberal de Collor e cujo aspecto econômico tende a permanecer no Governo

Itamar, apesar da retórica de suas preocupações sociais.

A dolarização crescente da economia brasileira. Os acordos com o FMI que impedem a retomada de nosso desenvolvimento. O programa de privatizações, que reforça o capital, subtrai conquistas trabalhistas e compromete a soberania nacional. O aumento da inflação e o aprofundamento da recessão, tudo isso gera a incerteza sobre nosso futuro. Aumenta a violência e a criminalidade. Reforçam-se as propostas autoritárias. A direita se recicla. Os movimentos e as entidades sindicais e populares, embora se multipliquem, não vêem a repercussão social de seu esforço. Em alguns momentos a insatisfação popular explode, buscando novas alternativas, como nas "Diretas Já", na campanha Lula Presidente. O "Fora Collor" é o exemplo mais recente. Mas quando passa o vendaval a burguesia consegue apresentar propostas para continuar impedindo os avanços das lutas populares."

A Crise do PT

"Por sua vez, o nosso Partido, especialmente após a conquista dos governos municipais em 88 e das eleições presidenciais, vive uma crise de identidade.

As dificuldades em nossas administrações, a proximidade dos centros de poder político, as concessões políticas em busca de frentes eleitorais aliadas aos acontecimentos do leste, a derrota eleitoral do sandinismo e as dificuldades gigantescas de Cuba, vêm facilitando a disseminação, em setores dirigentes do Partido, da idéia errônea de que não é possível realizar mudanças profundas em nosso País.

Que nossas propostas originais são muito radicais. Que devemos nos conformar com o que é possível. Os centros de decisão partidária concentram-se nos espaços eletivos e nos eleitos. Os movimentos sociais somente são procurados e valorizados quando se aproximam os períodos eleitorais.

Muitas de nossas principais lideranças, quando eleitas, passam a se indispor com o Partido, a se distanciar das bases partidárias, assumindo projetos políticos pessoais.

Multiplicam-se os casos de in-

disciplina e de desobediência às normas e decisões partidárias. Uma profunda sede de cargos e funções oficiais contagia muitas das expressivas lideranças públicas do Partido, em detrimento do Programa, dos Estatutos e em prejuízo das decisões coletivas das instâncias partidárias."

É Preciso Mudar

"Esse estado de coisas não pode continuar. Essa política vai acabar por tornar o PT semelhante aos partidos burgueses. Essa prática vai afastando a possibilidade real e efetiva das transformações democrático-populares que queremos para o Brasil.

Não podemos nos resignar com isso. Temos que superar esse momento crítico. Com unidade. Com companherismo. Com solidariedade e com discussão. Muita discussão entre nós. Na certeza de que nenhum militante ou corrente política interna detém, com exclusividade, a verdade partidária. E que, a vontade do PT deve ser a vontade coletiva, de todos e de cada um de seus integrantes. Sem exclusões.

"As prioridades de nossos representantes eleitos devem ser as do Partido e as dos movimentos sociais.

O PT não deve temer fazer alianças políticas. Deve buscar aproximação com outros setores políticos, segmentos sociais e partidos. Mas sempre defendendo os interesses e as propostas dos trabalhadores. O que o PT não pode é persistir na política de aproximação permanente e subordinada aos interesses da burguesia, na santa ingenuidade que isso facilitará nossa chegada ao governo, com Lula, em 1994.

Ampliar a aliança descaracterizando nossos compromissos fundamentais é rebaixar nossas pretensões. É desnaturar o Partido.

Socialismo, Democracia e Reformas Sociais

"É hora de proclamar e reafirmar que somos e continuaremos a ser socialistas. Que o socialismo é a nossa utopia de sempre. Que nele acreditamos como alternativa eficaz ao capitalismo, que só produziu entre nós a fome e a miséria. O desemprego e a recessão.

"A Reforma Agrária, a Reforma Urbana, as modificações do sistema

de saúde e educação, devem deixar de ser expressões genéricas e abstratas. A captação de recursos, através da suspensão do pagamento da dívida externa e do imposto patrimonial sobre grandes fortunas, são propostas que devem ser dimensionadas com exatidão.

A tudo isso nos impõe a condição do Partido dos Trabalhadores que se torna hoje um alternativa real de governo, onde se depositam as esperanças de milhões de brasileiros.

Como a política se faz na conjuntura e pensando no futuro, é por isso que ao mesmo tempo em que detalhamos as nossas propostas, devemos intensificar os mecanismos da democracia interna e participação partidária."

"O 8º Encontro Nacional deve responder a esses dois conjuntos de questões básicas (...) e o projeto alternativo democrático popular, com o detalhamento das propostas, fase inicial para a largada da campanha de Lula."

"Tudo isso é que vai fazer com que o PT possa, como partido dirigente e não de mera interlocução social, orientar a ação política de seus militantes em todos os locais e setores de atuação."

Na Luta, PT

É neste sentido que o Movimento Na Luta, PT, sem pretender ser uma nova tendência partidária, mas buscando ser um canal de participação de todos que querem o PT no seu caminho de luta, se constituiu como um espaço amplo e aberto que elaborará e apresentará ao Partido uma proposta sobre a situação política do país, o programa alternativo democrático popular e organização partidária. Para isto já foi formado um Fórum Nacional e estimulada a criação de "Comissões de Ampliação" nos estados, no sentido de promover um amplo debate na base partidária, para que as resoluções do 8º Encontro e as novas direções partidárias reflitam os sentimentos de combatividade que continuam presentes na militância.

Jorge Almeida
membro da CEN

Manifesto aos petistas

O PT, que vinha desenvolvendo, na teoria e na prática, um projeto de sociedade socialista democrática ajustada às condições concretas do Brasil, encontra-se hoje num impasse político e teórico: praticamente interrompeu seu processo de elaboração, rendendo-se, momentaneamente, às discussões ditadas pela chamada agenda da modernidade importada pelos neoliberais tupiniquins.

É ingável que convivemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos num partido da ordem. Em alguns momentos parecem estar esmaecendo os traços que nos distinguiram dos partidos do sistema, como na campanha das diretas, no episódio do Colégio Eleitoral, na recusa aos sucessivos pactos das elites: a contingência de estabelecer alianças, em torno de programas ou de propostas pontuais, transforma-se em objetivo a qualquer custo; a interlocução necessária com a sociedade cede freqüentemente à tentação do senso comum, ao nada-a-favor-da-corrente, num processo de hegemonia às avessas em que o discurso dominante nos iguala, tornando-nos, portanto, mais palatáveis.

O resultado das últimas eleições -- em que fomos o partido mais votado nas capitais, no 1º e no 2º turnos -- mostra o potencial de nossa política de acúmulo de forças (...)

Mas algumas das derrotas sofridas nas últimas eleições deixam evidente que o PT perde quando adota comportamento ambíguo -- tal como agora diante do governo Itamar, tratado como aliado incômodo, a quem se presta colaboração disfarçada.

Radicalmente democrático, construído de "baixo para cima", o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias -- dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional --, o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o companheirismo, a convi-

vência fraterna e a solidariedade.

A fragmentação enfraquece o Partido, afugenta os filiados e desanima a militância -- nosso principal patrimônio.

Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em "notáveis" por força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. Tanto é verdade que certas "personalidades públicas" do partido tentam submeter o coletivo a seus desígnios particularistas, chantageando a militância e afrontando a democracia interna.

A democracia interna é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece (...)

Afrontando as elites, o PT alargou o conceito e a prática da democracia no Brasil, vinculando o social e o econômico do seu nascedouro à política, à disputa eleitoral e às instituições de Estado, onde as classes dominantes costumam confinar a democracia formal. Para nós, não há democracia sem direito de greve, sem democratização da informação, sem justiça social, sem distribuição de renda e riqueza, sem abolir a exploração. Socialismo é democracia; democracia é socialismo -- esta divisa condensou, lapidarmente, no 1º Congresso, nossa história e nosso projeto.

Agora, porém, impactados pela velocidade dos acontecimentos no Leste europeu e pela desenvoltura das iniciativas do bloco capitalista, concentramo-nos na disputa institucional de forma quase exclusiva, como se a realização necessária de reformas político-eleitorais fosse uma espécie de ante-sala ou pré-condição para avançarmos na direção de transformações estruturais na sociedade brasileira. Sem luta social, sem participação popular, sem mobilização dos trabalhadores -- que educa, politiza e democratiza -- não extravasaremos os limites atuais, que coonestam a miséria, a fome, a concentração de rendas, de terras, de riquezas e poder, as injustiças, a desagregação social (...)

Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por go-

vernos de coalizão, em que ações parlamentares pluripartidárias ditem o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das maiorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, os poderosos, os exploradores (...)

O PT só pode enfrentar a agenda política de curto prazo, que se desdobra no plebiscito sobre forma de estado e sistema de governo, na revisão constitucional e na oposição ao governo Itamar, caso recupere sua tradição radical, popular, democrática, socialista. É inaceitável que, em nome de mal-feitos cálculos eleitorais, nosso partido deixe de apresentar uma alternativa global para a crise brasileira; é inaceitável que em nome de inexistentes "responsabilidades", nosso partido não faça oposição firme contra um governo que, não obstante suas diferenças com Collor, é nitidamente conservador; é inaceitável que nosso partido em nome da urgência de reformas políticas, aceite ficar sob a hegemonia conservadora na discussão sobre sistema de governo. O partido que nós queremos não pode ser aquele que cogita apoiar governos que o PFL também apoia. O partido que nós queremos não pode ser aquele em que dirigentes proclamam-se adeptos da monarquia. O partido que nós queremos não pode mais conviver com isso, sem deixar de ser PT.

Recuperar o espírito de partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação implica, além de um basta às ambigüidades e distorções na política e no perfil partidários, num conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário junto aos movimentos sociais -- exatamente num momento em que é preciso superar o atual impasse no movimento sindical --, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude, impedindo seu funcionamento efetivo e ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória.

Entre os vários desafios do PT, destaca-se a elaboração de um Programa de Ação de Governo, que atualize, aperfeiçoe e amplie o PAG/

89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular e seus vínculos com o objetivo estratégico do PT, que é o socialismo. E que sintetize as grandes reformas estruturais em torno das quais devemos convergir os nossos dispersos esforços setoriais.

A confecção desse PAG, na qual se envolverão vários setores do Partido, nossos simpatizantes, apoiadores e aliados, será um momento único para continuar a passar o Brasil a limpo. Exigirá, de todos nós, um cuidadoso trabalho de diagnóstico do país, da realidade conjuntural, as características e peculiaridades regionais a serem contempladas nas propostas, mas também das diferenças gritantes a serem sanadas para conjurar as ameaças nada folclóricas de secessão da unidade nacional. Requererá, também, um paciente e criativo processo de apresentar propostas e soluções, sem o que nenhuma campanha eleitoral, por mais radical que se apresente, colherá seus sucessos.

Naturalmente, não ficaremos confinados aos gabinetes: é nesse processo que forjaremos as alianças possíveis para conquistar o governo, sustentá-lo e viabilizar o programa. A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem repressão nem exploração: o socialismo democrático.

Comprometidos com estas idéias, nós, abaixo assinados, conclamamos todos os petistas a se engajarem nos debates e nas disputas políticas que antecedem o 8º Encontro Nacional, quando se definirão os rumos do PT para os próximos anos.

São Paulo, 5 de fevereiro de 1993.

Adilson Pires, Claus Germer,
Djalma Bom, José Luiz
Fevereiro, Geraldo Garcia,
Hamilton Pereira, Inocêncio
R. Gasparim, Vilson Santim,
Rui Falcão

Caravana da Esperança

Caro companheiro, no momento em que nosso partido chega aos 13 anos, consolidado nacionalmente e com crescentes responsabilidades nos destinos do país, está na hora de darmos uma virada no jogo, buscando ao mesmo tempo um reencontro com nossas origens e um contato mais próximo com a realidade do nosso povo, de forma especial do povo mais humilde, desamparado, miserável dos fundos do Brasil.

Falo do povo que não entrou ainda no mercado de consumo, não recolhe INPS e nem sabe o que é imposto de renda - por isso mesmo, mais facilmente manipulado pelos coronéis locais e pelos aventureiros nacionais. É importante nosso trabalho no plano institucional, seja nas casas parlamentares ou nos executivos, mas só isso não basta. A grande força do PT reside na sua inserção no movimento social, na sua capacidade de organizar e fortalecer os diferentes setores da sociedade.

Se isso é verdade nas principais cidades do centro-sul, é certo também que ainda não conseguimos chegar a largas regiões do país, exatamente onde se torna mais necessária a nossa presença - aquele Brasil que não confia nele mesmo e está sempre esperando um salvador da pátria ou as benesses de algum coronel em troca do seu voto. É uma situação que perdura desde 1500 e chega agora ao seu ponto mais dramático, com os pobres se transformando em indigentes e os indigentes em famintos desesperados. Este povo não pode esperar as próximas eleições porque possivelmente não sobreviverá até a chegada de um novo governo comprometido com um objetivo básico: acabar com a fome num dos países potencialmente mais ricos do mundo.

Não podemos mais ficar esperando o dia em que haverá uma justa distribuição de renda no país, os efeitos da reforma constitucional ou o resultado do plebiscito, qualquer que seja, para então resolver o problema da fome e da miséria absoluta. Sem prejuízo das nossas atividades no plano institucional, sinto que está na hora de voltarmos para a estrada com dois objetivos básicos:

resgatar a solidariedade e a esperança, semeando princípios básicos de cidadania, participação e organização popular.

Só há uma forma de conseguirmos isso: é ir lá onde este povo está, ouvir seus anseios, sentir de perto seus problemas, discutir soluções e encaminhá-las nas diferentes instâncias do governo, do parlamento e da sociedade. Nosso grande desafio será despertar e mobilizar aquela parte da sociedade que ainda come para se engajar nesta luta, mostrando que não se trata de mera prática de caridade, mas de responsabilidade comum num drama que, direta ou indiretamente, atinge a todos nós. A violência urbana é apenas o outro lado da mesma moeda, a consequência natural da violência da fome que se alastra pelos grotões dos campos e das periferias.



Nós não temos o direito de só nos lembrarmos da miséria e da fome nos palanques eleitorais, ou em teses acadêmicas, prometendo soluções milagrosas para amanhã. Organizar a população, mobilizar a sociedade e fazer com que ela pressione os governos nos diferentes níveis deve ser uma tarefa permanente, diária, mas é preciso num primeiro momento chamar a atenção do país para esta matança silenciosa, indiscriminada, que não está nas manchetes dos jornais. É preciso transformar a questão da fome numa questão política prioritária neste momento.

Por isso, estamos organizando uma caravana que atravessará 3 mil quilômetros, de Garanhuns a Santos, parando em 48 municípios de seis Estados (Pernambuco, Alagoas,

Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e atingindo mais de 300 cidades situadas ao longo do trajeto. É o mesmo caminho que percorri de pau-de-arara quando minha família veio para o sul, em 1952, repetindo a saga de milhões de brasileiros. Quarenta anos depois, com a miséria multiplicada várias vezes, sinto que não podemos mais ficar no discurso de denúncia, nem apenas prepararmos propostas e projetos em gabinetes. Por isso, convidamos especialistas de diferentes áreas, representantes de entidades nacionais e estrangeiras, membros de organizações não governamentais para nos acompanharem nesta viagem que deve durar cerca de um mês. Vamos buscar ao mesmo tempo soluções de emergência e subsídios para projetos de médio e longo prazo, calcados na realidade e factíveis diante da situação de quase falência do Estado brasileiro.

É claro que esta não é uma tarefa só para o PT e, por isso mesmo, queremos abrir o projeto para toda a sociedade, mas alguém precisa tomar a iniciativa. Esta pode ser a primeira de uma série de viagens pelas diferentes regiões do país, que fogem à rotina das campanhas eleitorais e devem ter um sentido de permanência. Mais importante do que a viagem em si é o seu rescaldo, o que fica dela em termos de despertar de consciência. Neste sentido, conto com o empenho do companheiro na tarefa de mobilizar a sociedade civil em seu Estado, especialmente nas cidades que serão atingidas pela caravana, assim como na de articular movimentos sociais, personalidades e meios de comunicação visando a sua incorporação ao projeto.

Podem dizer que é demagogia, exploração da miséria, campanha eleitoral, o que quiserem, não importa. Se nós conseguirmos sensibilizar o país para este drama, já terá valido a pena. É melhor fazer alguma coisa agora do que ficar eternamente discutindo soluções ideais que nunca chegam. Muitas vezes, a solução está na própria região e as pessoas só precisam de um empurrão para implantá-la. Para saber, só indo lá.

Um abraço do
Lula

Nota da CEN sobre o Governo Itamar

A Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunida em São Paulo, diante do agravamento da crise do governo Itamar Franco, decidiu divulgar a seguinte nota:

1. Embora não tenha responsabilidade pelo governo Itamar Franco, formado em respeito à Constituição após o *impeachment* de Collor, ciente de seus compromissos com a Nação, a democracia e as instituições, o PT mostra-se preocupado com os desdobramentos da crise provocada pelas mudanças no Ministério da Fazenda.

2. Diante da falta de rumos do governo e da ameaça de um descontrole do quadro econômico e social, cabe ao presidente da República abandonar a postura autoritária que vem caracterizando a intervenção do Executivo e buscar, no diálogo com a sociedade e com o Congresso, alternativas imediatas para a grave crise que o país enfrenta.

3. O PT reafirma sua posição ao atual governo e lembra que a posse do presidente Itamar Franco resultou de ampla mobilização nacional promovida pelo Movimento pela Ética na Política. A nomeação para a função de vital importância na vida brasileira de um remanescente do regime militar, já condenado pelo Tribunal de Contas da União, choca a consciência ética nacional e repugna os democratas comprometidos com os destinos do país.

São Paulo, 5 de março de 1993.

Os desafios até 94

A Secretaria Nacional de Formação Política, entende que 93 é um ano privilegiado para centrarmos nossas atenções na reorganização partidária, preparando o partido para o grande desafio de 94. O PT precisa apresentar-se para sociedade como alternativa real de transformações. Para isso precisamos definir uma série de questões, tais como: Projeto Alternativo, Estratégia e Tática e Concepção Partidária. Além desses temas precisamos estimular a discussão a cerca da Reforma Constitucional e Partidária.

A SNFP quer, além de suas atividades normais, estar estimulando a militância para participar ativamente dessas discussões.

A seguir apresentamos proposta de trabalho para 93. Esta proposta deve ser apreciada e aprovada pelo Coletivo Nacional na Plenária de março.

Formação de Base - elaborar plano nacional de formação de Base, respaldado pela formação de monitores em cada Estado (FFI). Este programa faz parte da proposta de realizar os Cursos de Formação de Formadores, em primeiro nível, voltados para a formação de base. Ou seja, a formação desses companheiros deve estar vinculada ao trabalho de formação de novos filiados que eles deverão desenvolver em cada município, estado.

PRIORIDADES

Formação de Dirigentes

• Formação à Distância - implementar uma proposta de formação por fascículos que possibilite o engajamento de militantes das mais diversas instâncias partidárias que, pelas distâncias geográficas, compromissos com trabalho e família, não tem disponibilidade para estarem se deslocando e permanecendo dias em cursos intensivos.

• Formação de Formadores - dar continuidade às atividades do FFII/92 até agosto deste ano e realizar uma primeira etapa/93 para nova turma, no final do segundo semestre deste ano.

• Realização do Seminário de Metodologia para formadores das diferentes áreas de atuação: Sindical, Movimentos Populares e Políti-

ca Geral, para discutir nosso desempenho no trabalho de formação e incidência deste na construção da nova cultura política.

• Dar continuidade aos Cursos de Formação em convênio com as Secretarias Nacionais de Juventude, Agrária e Organização.

Calendário Nacional

Atividades referentes ao Plebiscito:

- Distribuição e discussão sobre o caderno "Parlamentarismo X Presidencialismo", com objetivo de informar e preparar a militância para o plebiscito interno.

- As Secretarias Municipais de Formação, devem assumir a coordenação dos encontros do dia 14, promovendo discussões que esclareçam a militância antes das votações sobre sistema de governo.

- Realizar, em conjunto com a SORG, um vídeo sobre a posição do PT a cerca do sistema de governo, para auxiliar na campanha pelo plebiscito de 21 de abril.

- Estimular debates, em cada município, estado, sobre sistema de governo, reforma constitucional e partidária.

Atividades referentes ao Encontro:

- A SNFP deverá estimular a discussão em todo o partido de quatro temas que consideramos ser de fundamental importância para o PT neste ano: Projeto Alternativo; Concepção Partidária; Conjuntura e tática; Reforma Constitucional e Partidária.

Para estimular estes debates a SNFP está propondo a publicação de "Cadernos do 8º Encontro".

O primeiro caderno, que estará à disposição da militância até final de março, contemplará os seguintes temas: Plano Alternativo "Diretrizes para um Programa Emergencial de Política Econômica"; Concepção Partidária e textos escritos por colaboradores comentando e debatendo estes dois temas. Os demais cadernos devem continuar o debate e contemplar os outros temas.

- A SNFP deve contribuir para que a militância se aproprie das discussões das teses para o Encontro Nacional, para isso devemos estar publicando material com versão popular das teses.

Enfim, uma lei agrária

No dia 25 de fevereiro, o presidente Itamar Franco sancionou a Lei 8829, que regulamenta os dispositivos da Constituição Federal de 1988 relativos à reforma agrária, com dez vetos ao texto aprovado pelo Congresso, cuja tramitação arrastou-se por cerca de cinco anos.

Com algumas ressalvas importantes, pode-se considerar que os vetos conferidos pelo governo, resgatam as possibilidades institucionais da implantação da reforma agrária no Brasil, o que seria absolutamente inexecutável na hipótese da manutenção, na íntegra, do texto originário do Congresso.

Uma breve análise da lei sancionada, permite o seguinte quadro:

Dispositivos vetados que recuperaram as possibilidades da reforma agrária

Artigo 14, que permitia a permanência do expropriado no imóvel, até o trânsito em julgamento da sentença.

- Pelas características processuais da justiça brasileira, isso poderia implicar na impossibilidade efetiva da utilização do imóvel objeto de desapropriação, por prazo variável entre 15 e 25 anos;

Artigo 15 e parágrafo, que possibilitavam que os imóveis adquiridos por via judicial, permanecessem insuscetíveis de desapropriação por um período de três anos, ainda que não cumprissem a função social;

Parágrafo único do artigo 17, que definia uma série de intervalos para o Grau de Utilização da Terra - GUT (entre 0% e 80%) -, a partir dos quais a desapropriação de um imóvel só poderia ser executada caso não houvesse imóvel rural no país com GUT inferior ao daquele.

Dispositivos vetados, contrários aos interesses dos trabalhadores

Artigo 3 e parágrafos - Os vetos a esses dispositivos manterão a insuscetibilidade da desapropriação, para fins de reforma agrária, de um volumoso estoque de terras sob o controle de Estados, Municípios, Distrito Federal e de suas entidades da administração indireta, bem como, das terras pertencentes às autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas federais. Os vetos em questão impedirão a destinação das terras de propriedade dos bancos oficiais, por exemplo, arrecadadas por execução hipotecária decorrente de dívidas não liquidadas;

Artigo 4, II, alíneas b e c, que

previam a prevalência da mão-de-obra familiar, na definição de pequena propriedade rural. A manutenção desse dispositivo na Lei atenderia uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, objetivando evitar o desvirtuamento na classificação de propriedades;

Artigo 9, parágrafo 6, que previa o confisco de imóveis com emprego comprovado de trabalho escravo. Foi considerado inconstitucional. Só pode ser previsto por Emenda Constitucional. Em que pese a possível pertinência jurídica dessa interpretação, o veto alimenta a manutenção de uma lamentável prática na área rural;

Dispositivos não vetados, dificultadores da reforma agrária

Artigo 7, que impede a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel que, comprovadamente, esteja sendo objeto de implantação de projeto técnico.

Artigo 19, inciso I, que possibilita ao expropriado, ser aquinhado com uma parcela do imóvel objeto de desapropriação, ficando-lhe assegurada a preferência pela parceria na qual se situe a sede do imóvel.

A Lei já está em vigor, restando entretanto a deliberação sobre os vetos, pelo Congresso, o que "regimentalmente" deverá ser feito no prazo de trinta dias, a contar da remessa dos mesmos pelo governo.

Além da difícil luta pela aprovação do Projeto do Rito Sumário que tramita no Senado, o grande desafio que os trabalhadores terão que enfrentar para, finalmente, contarem com a possibilidade efetiva de reforma agrária, será a garantia de recursos pelo governo, capazes de atender o cumprimento de metas minimamente aceitáveis. A previsão orçamentária do INCRA, contida na proposta do Orçamento Geral da União, permitirá o assentamento, neste ano, de no máximo cinco mil famílias.

A Secretaria Agrária Nacional e a Bancada Federal do PT convocam todos os demais setores que defendem a reforma agrária, a manterem pressão sobre o governo e o Congresso, a fim de que evitemos nesta lei o "arquivamento" conferido ao Estatuto da Terra, consolidando assim a frustração histórica da implantação da reforma agrária no Brasil.

Deputado Valdir Ganzer

O PT e a situação no Golfo

A retomada dos bombardeios das Forças Armadas dos Estados Unidos, Reino Unido e França contra o Iraque representa uma nova e grave ameaça à paz mundial.

Os três governos -- particularmente o dos Estados Unidos -- desenvolvem suas ações invocando o mandato que lhes foi conferido pelo Conselho de Segurança da ONU.

Alegam, principalmente a defesa das minorias curdas e xiitas no Iraque que, efetivamente, são agredidas pelo governo de Bagdá.

Este mandato se transformou num cheque em branco que o governo dos Estados Unidos utiliza a seu bel prazer.

É hipócrita invocar a autoridade das Nações Unidas para bombardear o Iraque, quando se sabe que várias Resoluções da ONU -- como a que determina a evacuação de Israel dos territórios ocupados -- continuam até hoje em letra morta.

É igualmente hipócrita invocar a defesa das minorias oprimidas no Iraque. Os curdos também estão sendo oprimidos ou massacrados na Turquia e no Irã.

Mais hipócrita é quando se vê a complacência das grandes potências frente a expulsão de palestinos pelo governo de Israel e, sobretudo, o massacre das populações muçulmanas na Bósnia-Herzegovina, especialmente os estupros de dezenas de milhares de mulheres pelas milícias sérvias.

O Brasil que, a partir de 1993, volta a integrar o Conselho de Segurança, não pode refugiar-se no formalismo jurídico de apoiar suas decisões, quando se constata que, substantivamente, elas estão sendo aplicadas de forma unilateral, em proveito das grandes potências.

O PT se sente à vontade para expressar estas posições. Desde o início, condenamos a invasão do Kuwait pelo Iraque e sempre defendemos uma solução negociada no Golfo.

Hoje reiteramos a necessidade de negociação global no Oriente Médio, que passa, em primeiro lugar, pela resolução da questão palestina e pela proteção internacional efetiva de curdos, xiitas, das populações muçulmanas da Bósnia-Herzegovina e de todas as naciona-



lidades e etnias que se encontram ameaçadas.

Esta proteção não pode servir de pretexto para que as grandes potências, através do Conselho de Segurança, se avoquem o direito de intervir em várias regiões do mundo para afimpor seus interesses particulares.

São Paulo, 18 de janeiro de 1993

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos
Trabalhadores
Marco Aurelio Garcia
Secretário de Relações
Internacionais

Prêmio José Aricó

O Clube de Cultura Socialista José Aricó (Argentina) e a Editora venezuelana *Nueva Sociedad* estão instituindo o prêmio José Aricó, de caráter bienal. O prêmio é uma homenagem ao intelectual socialista latinoamericano e tem como objetivo estimular estudos e discussões dos temas históricos e políticos que deram alma à sua obra. Nesta primeira convocatória do prêmio, a participação se dará sobre as seguintes bases:

1. A realização de um ensaio inédito, em espanhol, sobre o tema "O fim do século e os novos desafios políticos e intelectuais para o pensamento da esquerda dos países latinoamericanos";

2. Os trabalhos deverão ter no mínimo 40 páginas e no máximo 60 com espaço dois (28,30 linhas de

60,65 caracteres);

3. Os trabalhos (original e 3 cópias) deverão ser enviados, assinados com pseudônimo, para "Prêmio José Aricó", Nueva Sociedad, Apartado 61.712, Caracas 1060 A, Venezuela. Em envelope à parte, com o pseudônimo escrito na frente, deverão incluir-se os dados do participante (nome, endereço, telefone e fax);

4. O prazo para a recepção dos trabalhos termina em 31 de julho de 1993;

5. Os autores participantes cedem à Nueva Sociedad os direitos de publicação dos ensaios.

O primeiro colocado receberá três mil dólares. O segundo receberá mil e quinhentos dólares e os trabalhos premiados serão publicados em volume editado pela *Nueva Sociedad*.

Seminário de Saúde em Cuba

Entre os dias 16 e 20 de março será realizado em Havana, no Palácio das Convenções, o "IV Seminário Internacional de Atenção Primária da Saúde", promovido pelo Ministério da Saúde Pública de Cuba, pela Organização Panamericana de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde.

O Ministério da Saúde Pública de Cuba tem desenvolvido há 34 anos uma estratégia priorizando a saúde da população cubana. Os resultados obtidos permitiram que fosse alcançada a meta de "Saúde para Todos", 15 anos antes do planejado pela Organização Mundial de Saúde para o ano 2000.

O IV Seminário, como os anteriores, tem um caráter eminentemente multi e interdisciplinar e pretende facilitar o intercâmbio e a discussão

de como aplicar os avanços da ciência e da técnica na Atenção Primária de Saúde; além da adoção de estratégias de ação intergerencial do Sistema das Nações Unidas à níveis regional e sub regional nos países, na área materno-infantil.

Dentre os principais temas do seminário se incluem: Política de Saúde dos anos 90; Responsabilidade do Estado X privatização; Saúde para Todos; Desenvolvimento e fortalecimento dos Silos (sistemas Locais de Saúde); O Médico de Família e as enfermidades crônicas não transmissíveis; O Médico de Família e as enfermidades infecto-contagiosas agudas; A participação ativa da comunidade na solução dos problemas de saúde.

Maiores informações pelos fones (011) 34.6817 e 36.2021

Sem segredos na diplomacia

A imprensa brasileira noticiou com destaque durante o mês de dezembro que o Partido dos Trabalhadores havia ingressado na Internacional Socialista, chegando ao ponto de mencionar uma suposta cerimônia ocorrida em Paris na qual o presidente do Partido, Luis Inácio Lula da Silva, havia sido recebido como membro pleno da IS.

Lula e eu estivemos em dezembro em Paris e Berlim e mantivemos reuniões com as direções da DGB, central sindical alemã; com Grygor Gyzi, dirigente do PDS, partido de expressão na parte leste da Alemanha; com a direção dos partidos Verde e Socialista, na França, além de contatos oficiais. Nesta ocasião a delegação brasileira foi recebida pelo ex-primeiro ministro francês, Pierre Mauroy, que hoje ocupa as funções de presidente da Internacional Socialista.

Além de uma troca de informações e de opiniões sobre as situa-

ções brasileira e internacional, a delegação brasileira do PT reiterou o interesse de que o partido pudesse assistir as reuniões da Internacional na condição de observador, uma vez que não reivindicávamos a adesão à Internacional nem o estatuto de membros plenos ou consultivos da IS.

Demanda semelhante de participação nas reuniões da Internacional Socialista havia sido formulada em 1990 ao secretário-geral da IS, em Londres, e, em 1991, quando Lula firmou uma carta, em Paris, juntamente com Daniel Ortega e os dirigentes máximos dos PS do Uruguai e do Chile, do PSDB e do M-19 da Colômbia.

Todos estes acontecimentos são do conhecimento do partido porque foram difundidos em publicações e comunicados partidários. Portanto, a posição do PT em relação à Internacional Socialista permanece exatamente a mesma. Não reivindica

filiação, mas poder assistir as reuniões da IS, como o fez no começo dos anos 80, no Comitê Executivo realizado no Rio e em 1990 em reunião semelhante ocorrida no Cairo, onde esteve presente um parlamentar do PT.

O PT não realiza diplomacia secreta e todas suas iniciativas em termos de política externa tem sido sistematicamente informadas através dos órgãos partidários.

Ainda que o DN e a Comissão Executiva Nacional tenham discutido mais a política externa do partido nestes dois últimos anos do que nos anos precedentes, é evidente que esta discussão tem sido insuficiente. Lamentavelmente, questões administrativas ou problemas políticos menores têm ocupado mais a atenção de nossas direções do que as grandes definições políticas do partido em muitas de nossas esferas vitais de intervenção. Este tem sido, em parte, o caso das relações exteriores.

A Secretaria de Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que presta esta informação ao Diretório Nacional, lamenta que setores do partido tenham se baseado em informações de imprensa, quando estávamos ausentes do país, para desfechar um ataque à direção, à Presidência e à SRI em particular, acusando-as de tomar decisões à revelia do PT.

Não são poucos os dirigentes do partido que foram injustamente vilipendiados pela imprensa em outras circunstâncias e este simples fato deveria servir para que houvesse mais cuidado e, sobretudo, honradez na formulação de críticas e de opiniões a quem quer que seja.

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações
Internacionais

Benedita da Silva em El Salvador

Em 11 de janeiro último, a deputada Benedita da Silva viajou para El Salvador para participar da Conferência "Reconciliação em Tempos de Transição", organizada pelo DEMOS (Centro de Estudos Estratégicos para Fortalecer a Democracia Salvadorenha) e pela Suprema Corte de Justiça de El Salvador.

Benedita foi convidada, representando o Partido dos Trabalhadores, para falar sobre o tema "Promovendo a Tolerância Política" ao lado de Antonio Navarro Wolf, presidente do M-19 da Colômbia.

O presidente de El Salvador, Alfredo Cristiani, ofereceu um jantar, na abertura da Conferência, onde Benedita conheceu vários ministros, empresários, ex-comandantes da FMLN, assim como funcionários da ONU e ONG'S.

Nessa Conferência participaram várias personalidades internacionais, entre as quais se destacaram: Bernard Aronson, sub-secretário de Estado para Assuntos Inter-Americanos dos

EUA; Joaquin Villalobos, ex-chefe guerrilheiro da FMLN; Richard McCall, do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA e membro da Equipe de Transição do presidente eleito Bill Clinton; Wendy Luers, da Charter 77 Foundation - New York; Alfredo Cristiani, presidente de El Salvador; Jorge Serrano Elias, presidente da Guatemala; Frederick Woerner, ex-comandante e chefe do Comando Sul; Antonio Navarro Wolf, presidente da Aliança M-19 e René Emilio Ponce, ministro da Defesa de El Salvador.

Benedita realizou também vários contatos políticos com os partidos da esquerda democrática e com a imprensa de El Salvador e participou de outro jantar, onde estiveram presentes todas as lideranças políticas do País.

No dia 15, Benedita viajou em helicóptero das Nações Unidas para o Departamento Morazan (zona conflitiva durante os anos de guer-



ra), onde foi homenageada por ex-comandantes guerrilheiros da FMLN. No mesmo dia recebeu uma homenagem dos brasileiros que vivem ou que estão em missão da ONU em El Salvador.

Já no Brasil, a companheira declarou: "Foi muito interessante. Sinto que o PT tem uma grande responsabilidade e deve contribuir

com os companheiros de El Salvador na discussão de um projeto nacional. Nossas experiências, principalmente na administração pública e na vida interna do Partido, assim como nossas discussões sobre a política de alianças, podem ajudar os companheiros da esquerda salvadorenha no processo eleitoral, já que lá, como aqui, as eleições presidenciais serão em 1994".

Um salto de qualidade

I Congresso Nacional dos Movimentos Populares

O ano de 1993 é histórico para os Movimentos Populares no Brasil, tendo em vista a realização do Congresso de Fundação da Central de Movimentos Populares. Fundamentados na concepção estratégica do Movimento Popular, acreditamos que a articulação dos Movimentos e unificação das lutas é fator decisivo no processo de transformação da sociedade.

Esta articulação hoje passa por eixos de luta que têm o papel fundamental de aglutinar diversas lutas e fazer com que o Movimento saia do estágio reivindicatório e passe para uma luta mais ampla, ou seja, para o plano da proposição política, como o plano das políticas do cotidiano, fazendo com que os movimentos dêem um salto de qualidade.

A 2ª Plenária dos Movimentos Populares realizada em outubro de 1991 definiu como eixos de luta: a Reforma Urbana e a Cidadania.

Aglutinados em torno desses dois eixos, os movimentos tais como: Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Movimento Popular de Saúde, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, Movimento de Mulheres, Movimento Comunitário e outros, estão construindo a Central de Movimentos Populares.

Com outras entidades, o conjunto desses movimentos vem realizando várias alternativas entre as quais destacamos: Jornada de Luta Pela Terra: "Terra pra Morar e Terra pra Plantar", Campanha de Luta pela Humanização da Saúde, Projeto do Fundo Nacional de Moradia Popular, Primeira Caravana dos Movimentos Populares à Brasília, Conferência de Vitória: Terra, Ecologia e Direitos Humanos, Fórum Internacional de Reforma Urbana, Campanha dos 500 anos de Resistência Negra, Indígena e Popular, 3º En-

contro Continental dos Movimentos Populares.

A Articulação dos Movimentos Populares em torno das lutas concretas vem propiciando um amadurecimento da proposta de fundar uma Central que seja expressão da diversidade e pluralidade dos Movimentos, garantindo, ao mesmo tempo, a autonomia e democracia interna dos mesmos. Uma Central que contribua na construção de um projeto democrático e participativo, que possibilite o resgate de valores como justiça e solidariedade, lutando sempre na perspectiva da cidadania plena.

Em preparação ao Congresso de Fundação, a ser realizado de 25 a 29 de outubro deste ano, em Belo Horizonte, várias atividades estão sendo programadas: Campanha Nacional contra a Fome, Miséria e Violência - Pela Vida; Campanha Nacional Pela Humanização e Municipalização da Saúde e realização do Fórum Nacional de Luta Pela Saúde.

No aspecto organizativo, o processo de preparação do Congresso está se dando em 21 estados, através de Seminários, Encontros e Plenárias Municipais/Regionais e Estaduais, de modo que possamos realizar um Congresso que seja realmente representativo.

A construção da Central dos Movimentos Populares no Brasil vem no sentido de fortalecer a organização da Sociedade Civil. Portanto entendemos que é responsabilidade do conjunto do Movimento dos setores democráticos populares assumir esse debate e contribuir na consolidação desse processo.

José Albino de Melo
Membro da Executiva Nas.
da Pró-Central de Mov.
Populares
Membro do Coletivo da
Secretaria Nacional de Mov.
Populares do PT



Central de Movimentos Populares

A prioridade da SNMP para 93 é a discussão da criação da Central de Movimentos Populares que deverá acontecer no 1º Congresso Nacional dos Movimentos Populares, a ser realizado entre os dias 25 e 29 de outubro deste ano.

É fundamental que as direções partidárias em todos os níveis e, principalmente, os responsáveis por movimentos populares criem condições para que essa discussão se realize a nível partidário.

Encontros Setoriais

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares solicita que os secretários de Movimentos Populares entrem em contato com esta Secretaria Nacional para articulação dos encontros setoriais de nossa área - (011) 223.7999 ramal 226, com Sonia.

Contrato coletivo

uma proposta da CUT

A Central Única dos Trabalhadores já tem, no papel, uma proposta para a adoção do Contrato Coletivo de Trabalho no Brasil. O documento, entregue pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli, ao Ministro do Trabalho em 16 de dezembro intitula-se "Sistema Democrático de Relações do Trabalho" e é a base para toda a ação da Central em torno do tema.

Para a CUT, o que deve ser questionado, como condição para a adoção do Contrato Coletivo, é o sistema corporativista em vigor no país que, segundo a Central, "constitui uma obra de engenharia política. Uma engrenagem que se integra a outra maior, movida por um Estado, cuja intervenção tradicionalmente vem favorecendo as elites dominantes".

O sistema em vigor nega a essência conflitiva das relações de trabalho, erige o Estado como provedor do "bem comum" e retira do trabalhador mecanismos básicos de defesa.

Um novo modelo

A CUT propõe o reconhecimento desse conflito e a instituição de canais para a sua explicitação como duas das condições básicas para a existência do Contrato Coletivo. Além disso, há a necessidade do reconhecimento do direito de defesa e de manifestação dos trabalhadores, dentro e fora do local de trabalho, bem como a existência de instrumentos básicos de organização e de autodefesa de interesse dos trabalhadores.

Face à preponderância do contrato individual e da CLT em relação à livre contratação coletiva, a CUT propõe combinar a formulação de um novo ordenamento jurídico com mudanças institucionais e a sedimentação de uma nova cultura de relações do trabalho. Para tal, está propondo diversos procedimentos de "transição".

Assegurar a transição

Na transição, a CUT quer remover todas as restrições legais ao exercício sindical; ratificar e/ou adequar as convenções nºs 11, 87, 98, 110, 135, 141, 151 e 154 da OIT; consignar na Constituição os princípios básicos das convenções da OIT; for-

mular legislação ordinária que dêem funcionalidade ao sistema; garantir a vigência dos atuais acordos e convenções, as datas bases atuais, configuração das categorias profissionais e o patrimônio das entidades sindicais até que os próprios trabalhadores decidam as alterações desejadas; celebrar um "Contrato de Negociação Coletiva" para definir-se, mesmo antes da conclusão das alterações legislativas, princípios, regras e procedimentos; extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho; agilização dos procedimentos judiciais, visando maior celeridade no julgamento processos individuais e coletivos.

Para o setor público, a CUT propõe a criação do Conselho Nacional de Administração Pública, reunindo os poderes Executivo e Legislativo, entidades de servidores, centrais sindicais e entidades da sociedade civil, além de outros mecanismos, adotando-se, no setor, o Sistema Permanente de Negociação Coletiva de Trabalho, buscando "aplicar princípios democratizantes, assegurar a ética, a transparência e o compromisso de todos com a busca permanente da qualidade dos serviços prestados à população".

Para começar desde já

Para o período imediato a CUT propõe:

- constituição de Comissão Tripartite de Revisão do Sistema de Relações do Trabalho, integrada por governo, trabalhadores e patrões, para estudar propostas de transição;
- assinatura de um "Protocolo de Intenções", objetivando implantar um sistema democrático, com base nas convenções da OIT;
- formulação de Uma "Agenda Nacional" para estabelecimento de metas, prazos e aprofundamento da discussão;
- introdução de um Sistema Permanente e Articulado de Negociação coletivo nacional em 1993, como patamar mínimo para os acordos e convenções específicos;
- criação do Conselho Nacional de Administração Pública.

José RochaCunha

ASSINE O BN

O Boletim Nacional está, novamente, fazendo uma campanha de assinatura. Ela é simples: basta apresentar três novos assinantes para ganhar uma assinatura válida por 12 edições. Caso apenas duas pessoas sejam apresentadas, o BN garante o recebimento de 6 números. Esta campanha é válida, também, para as pessoas que já possuem assinatura do Boletim Nacional e desejam renová-la.

Colabore e leia o BN !

Nome _____
Endereço _____
Cidade _____
CEP _____

Nome _____
Endereço _____
Cidade _____
CEP _____

Nome _____
Endereço _____
Cidade _____
CEP _____

BOLETIM NACIONAL

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores

Rua Conselheiro Nébias, 1052

CEP 01203-002 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 100.000,00

Nome _____
Endereço _____
Cidade _____
CEP _____ Estado _____

Ídolo com pés de barro

Entre 8 e 11 de março ocorre a eleição para renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Estas datas foram estipuladas de afogadilho pelo atual presidente, Luiz Antonio de Medeiros, candidato à reeleição, na tentativa de manter-se com tranquilidade à frente da entidade que dirige há longos 6 anos.

Além da chapa da Força Sindical, de Medeiros, concorrem ainda 2 outras: uma do MR-8, liderada por Bira e apoiada por Joaquim dos Santos Andrade (interventor da ditadura militar no sindicato e patrono de Medeiros na entidade por muitos anos) e a chapa da Central Única dos Trabalhadores, liderada por Mauro, da Ford Ipiranga, e referendada no último dia 12 por uma convenção que reuniu cerca de 300 metalúrgicos de base. E a briga promete ser muito feia.

Luiz Antonio de Medeiros é a encarnação do pelego bem sucedido e, sob muitos aspectos, inovador. Dono de um aguçado senso de oportunidade e com incondicional apoio dos meios de comunicação (sobretudo da rede Globo de Televisão), Medeiros tem estado na televisão com maior frequência, em muitas ocasiões, do que o próprio presidente da República.

Produto da mídia e do marketing -- sem o que sua liderança é extremamente vulnerável -- Medeiros não poupa esforços para criar fatos e situações que o mantenham no noticiário. Não se descuida, por outro lado, de estar a todo momento reforçando suas alianças com as forças conservadoras, que são sua fonte de poder político e de recursos financeiros para a Força Sindical.

Isso explica seu desmedido apego a figuras como Fernando Collor de Mello, Quércia e Paulo Maluf. Afinal, não fossem os dois primeiros -- quando foram respectivamente presidente e governador -- garantir, juntos, somas da ordem de US\$ 5 milhões, ele não teria construído os 18 andares da faraônica sede nova do sindicato (irônicamente batizada de "Palácio do Trabalhador").

Mesmo que não seja ainda destronado, essa eleição não deverá ser assim tão fácil para Medeiros quanto a última, em 90, quando venceu com mais de 70% dos votos. Uma porque naquela ocasião a oposição dividiu-se muito

e Guarulhos -onde as perdas salariais são ainda crescentes- e os efetivados pela Federação dos Metalúrgicos da CUT, principalmente em São Bernardo do Campo, que conseguiram garantir a reposição das perdas nos últimos 2 anos. Isso sem falar que durante sua gestão no Sindicato o número de metalúrgicos em São Paulo caiu de 400 mil para pouco mais de 250 mil.

Por isso o empenho de Medeiros na luta pela reposição dos rendimentos do FGTS que o governo Collor deixou de creditar em consequência do plano homônimo. Com isso, tenta passar a imagem de combativo ao mesmo tempo em que pretende deixar o Mi-

uma vez que os metalúrgicos não devem ter esquecido que Collor editou seu famigerado plano com o aval de Medeiros e que, mais a mais, essa correção é mesmo um direito dos trabalhadores e um dirigente sindical não faz mais que a obrigação em levantar o problema. Aliás, digase de passagem, a CUT também está em campanha pela restituição dessa correção devida, o que não é um privilégio de Medeiros.

Com essa e outras, cai o mito do "sindicalismo de resultados" e, aos poucos, a base dos metalúrgicos de São Paulo vai conhecendo a verdadeira face da "Farsa Sindical" de Luiz Antonio de Medeiros.

A novidade fica mesmo por conta da chapa unitária da CUT, cujo processo de formação foi coordenado pela CUT Estadual São Paulo, em conjunto com a Federação dos Metalúrgicos da CUT/SP, com a CUT Regional Grande São Paulo e Movimento de Oposição Metalúrgica.

Diferentemente de anos anteriores, quando os conflitos internos prejudicaram ou chegaram a inviabilizar o consenso, desta vez o clima foi muito mais civilizado, ao ponto de duas das correntes internas da Central - CUT pela Base e Corrente Sindical Classista - abrirem mão de suas indicações para a presidência da chapa em favor do nome indicado pela Articulação Sindical. Tudo para preservar a unidade.

Há poucos dias da eleição é difícil prognosticar as chances da CUT. Uma vitória porém já foi produzida: a retomada da luta de oposição a Medeiros na base da categoria, dentro das principais fábricas e em todas as regiões da cidade. É um grande passo.

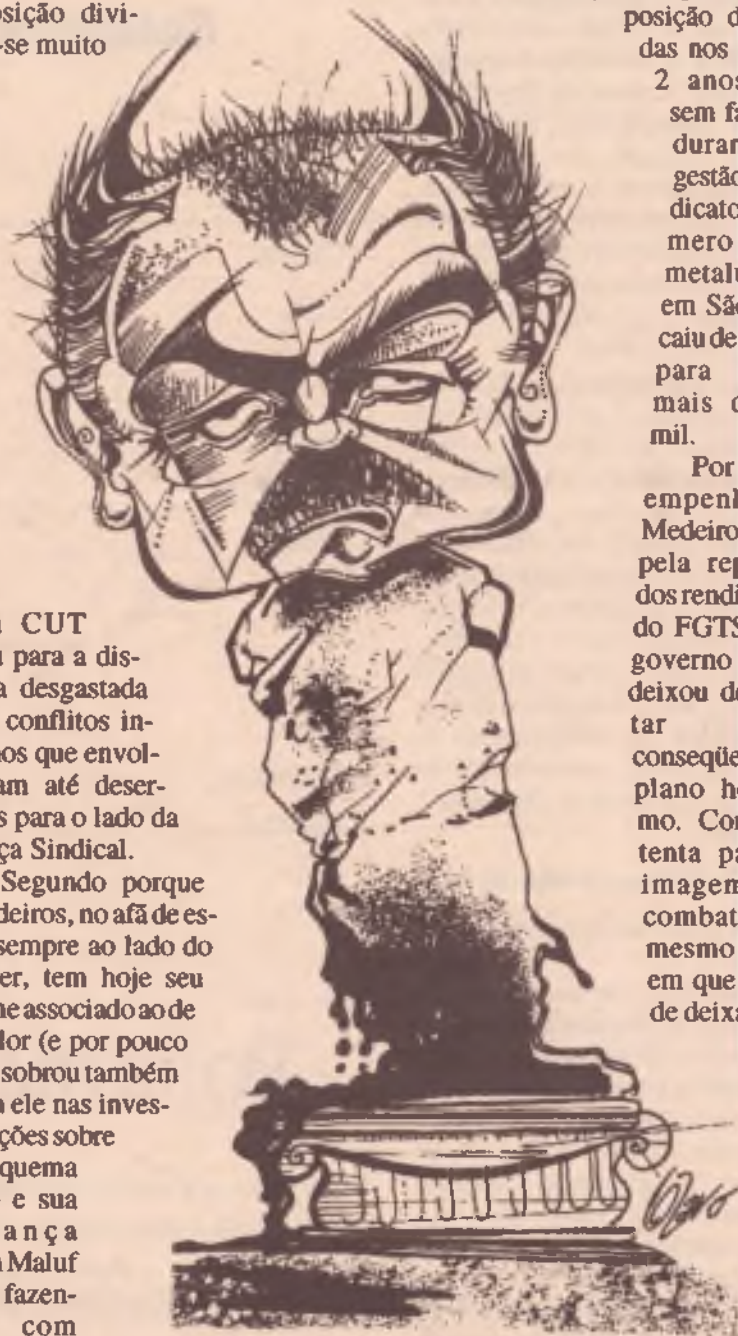
Agora é esperar que a oposição cutista tenha a capacidade de realizar uma campanha de massas, objetiva e combativa no curtíssimo prazo de que dispõe para chegar a uma vitória que os trabalhadores do Brasil, penhoradamente, agradecem.

José Rocha Cunha
assessor da Secretaria
Sindical Nacional do PT

e a CUT saiu para a disputa desgastada por conflitos internos que envolveram até deserções para o lado da Força Sindical.

Segundo porque Medeiros, no afã de estar sempre ao lado do poder, tem hoje seu nome associado ao de Collor (e por pouco não sobrou também para ele nas investigações sobre o esquema PC) e sua aliança com Maluf está fazendo com que sofra os respingos do desastroso início da administração malufista em São Paulo.

Além disso, Medeiros teme a divulgação que a CUT fará dos números comparativos dos acordos da Força Sindical em São Paulo, Osasco



nistério do Trabalho em situação complicada, ao exigir que os mais de US\$ 400 milhões que Collor levou sejam imediatamente repostos.

É possível que ele não consiga, entretanto, o resultado que espera,